

REVISTA SAÚDE

JANEIRO - MARÇO 2016 - ANO 7 - ED. 8



Dinheiro do povo. Bolso do governo

Propostas de ajuste fiscal do Governo Federal colocam na conta do trabalhador as saídas para solucionar crise econômica do Brasil.

ÍNDICE

Revista Saúde
Edição 8
Ano 7

- 4** Editorial
- 6** 17º Encontro Paulista da Saúde debate sobre financiamento e gestão em saúde
Opinião - Mais participação e união dos trabalhadores são a chave para garantir direitos
Opinião - Encontro Paulista da Saúde, um avanço para as atividades sindicais
Opinião - Ambiente de trabalho salutar, saúde saudável para todos
Opinião - A importância do eSocial para empresas e trabalhadores
Opinião - Pilantroduto ou Operação Caça-rato?
- 32** O movimento sindical é a única arma do trabalhador contra o abuso
Opinião - Movimento sindical e sua importância para o desenvolvimento econômico e social do País
- 39** Pauta unificada é debatida em workshop
- 44** Autoridades estaduais de saúde e Federação debatem sobre a crise na saúde mental
Opinião - Hospitais psiquiátricos têm solução?
- 48** Federação lança campanha contra CPMF
Opinião - A volta da CPMF não é solução para a área da saúde
- 52** Envelhecimento e baixa taxa de fecundidade influenciam na aposentadoria
Opinião - Aumento da expectativa de vida e sua influência na aposentadoria
- 36** COP- 21 - 195 países chegam a um acordo histórico sobre o clima global
Opinião - Vida saudável, Planeta em equilíbrio
- 60** Projeto de lei 5.069/2013 proíbe aborto por estupro
Opinião - A mulher e seu direito ao aborto quando grávida por estupro
Opinião - Assédio moral e os danos à saúde do trabalhador, à economia da empresa e aos cofres públicos
- 66** Saúde perde um líder sindical
- 68** Lideranças das Américas se reúnem no Brasil para debater realidade do trabalho na área da saúde
- 71** Expediente

Crise econômica não pode ser justificativa para prejudicar trabalhadores



O ano de 2015 foi um ano marcado pela má gestão pública na área da saúde. Os cortes do orçamento da União no setor, a possível volta da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) e a falta de representação do movimento sindical no Congresso Nacional promoveram grandes prejuízos para os cidadãos brasileiros. Demissões em massa e falta de recursos financeiros em hospitais psiquiátricos foram algumas das consequências negativas da omissão do governo na área da saúde.

Entretanto, o ano que passou também foi um ano de muita luta por parte dos trabalhadores, pois a categoria não permite que o cenário preocupante que vive nossa economia seja justificativa para descumprir compromissos firmados com os profissionais de saúde. Até o momento, o ano de 2016 tem sido um período de muita mobilização e luta para recuperar a dignidade dos trabalhadores da área da saúde.

Essas saídas para a crise e outros assuntos foram debatidos no 17º Encontro Paulista da Saúde, realizado em novembro na Colônia de Férias Firmo de Souza Godinho, em Praia Grande. Um importante evento que contou com a presença de profissionais de saúde, sindicalistas, profissionais de direito trabalhistas e economistas. O objetivo do encontro foi ilustrar a atual situação econômica no País, como isto atingiu a área da saúde e os métodos de negociação em momentos de crise.

O que podemos antecipar para os trabalhadores é que os pontos discutidos nesse Encontro, como a importância da mobilização e pressão para negociar em tempos de

crise, já estão sendo colocados em prática pelos sindicatos filiados à Federação e serão intensificados no decorrer deste ano.

A volta da CPMF, defendida com unhas e dentes pela presidente Dilma Rousseff, representa um grande desrespeito aos trabalhadores deste País. Entidades sindicais, industriais e importantes economistas explicam o porquê a volta do imposto será ineficaz para resolver os problemas da crise e reforçam ainda a necessidade do Governo Federal pensar em outras formas de solucionar o grave déficit das contas públicas. O problema é que “o Governo Federal está gastando mais do que tem em caixa”, diz o professor do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (Ibmec-RJ), Nelson de Sousa. A Federação é contra qualquer ação do governo que prejudique os trabalhadores da área da saúde, em especial a volta da CPMF. Para reforçar nosso posicionamento contrário à volta do imposto, lançamos a campanha nas redes sociais “Movimento Bolso Livre” com as hashtags #CPMFnaoresolvecrise e #nãovamospagaraconta.

A diretoria da Federação dos Trabalhadores do Estado de São Paulo está pronta para combater tais medidas que afrontam o direito do trabalhador. Vamos cobrar e agir em conjunto contra as políticas de ajustes fiscais e quantas mais decisões que vierem a ser tomadas daqui em diante.

Edison Laércio de Oliveira - presidente

SEU BOLSO PRECISA QUE VOCÊ
CONHEÇA ESSA CAMPANHA.



ACESSE FEDERACAODASAUDE.ORG.BR
E [FACEBOOK.COM/FEDERACAO.SAUDE](https://www.facebook.com/FEDERACAO.SAUDE) E DESCUBRA O PORQUÊ.

MOVIMENTO
BOLSO LIVRE
MAIS BRASIL, MENOS IMPOSTO



17º ENCONTRO DE DIRIGENTES SINDICAIS E TRABALHADORES DA SAÚDE DO ESTADO DE SÃO PAULO

Financiamento e gestão em saúde abrem o 17º Encontro Paulista da Saúde

por Vera Bison

Com o agravamento da crise econômica, corte de recursos na saúde e aumento de impostos, anunciados pelo Governo Federal, no final do ano passado, para tentar ajustar a economia, levou mais de 300 pessoas, entre dirigentes sindicais e trabalhadores da área da saúde a participarem do 17º Encontro Paulista da Saúde a debater e aprofundar estudos com especialistas em financiamento e gestão em saúde formas políticas para recuperar a saúde País, tendo por base o respeito e a valorização dos profissionais da área da saúde.

O evento, que aconteceu de 11 a 14 de no-

vembro, na Colônia de Férias Firmo de Souza Godinho, em Praia Grande, foi a forma encontrada pela Federação dos Trabalhadores da Saúde do Estado de São Paulo para viabilizar soluções num setor tão precário, desgastado e mal gerido.

Abrindo os trabalhos, o presidente da Federação dos Trabalhadores da Saúde do Estado de São Paulo, Edison Laércio de Oliveira, pediu um minuto de silêncio em homenagem ao sindicalista Pedro Alberto Tolentino, falecido em março de 2015. Após, o presidente iniciou a palestra, lamentando a má gestão na área da saúde no Brasil. “Na teoria, o Brasil deveria

Palestrantes e representantes sindicais que participaram dos encontros

- **Prof. doutor Rubens Baptista Junior**, bacharel em Direito e médico especialista em Administração em Saúde e em Medicina Preventiva e Social;
- **Teresa Amorim**, palestrante motivacional;
- **Luiz Carlos Motta**, presidente da Federação dos Empregados no Comércio do Estado de São Paulo;
- **Canindé Pegado**, secretário-geral da União Geral dos Trabalhadores (UGT);
- **Koshiro Otani**, médico do trabalho;
- **Ronaldo Lira**, procurador regional do trabalho;
- **Neuriberg Dias**, assessor parlamentar do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP);
- **José Roberto Sodero**, especialista em Direito e Processo do Trabalho;
- **Luiz Fernando Rosa**, economista e técnico do Dieese na Subseção da Federação paulista da Saúde.

Também estiveram presentes representantes das federações dos Trabalhadores da Saúde do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo e delegações de trabalhadores da saúde de Mato Grosso do Sul, Santa Catarina e Pará.

ser um dos melhores países para se viver no mundo, mas isto não funciona na prática, pois o Brasil é um país muito mal gerido na política e isto reflete na saúde”, diz Edison. O especialista em Gestão Estratégica em Saúde, Educação e Comunicações, prof. dr. Rubens Baptista Junior, um dos palestrantes que iniciaram a abertura de debates, falou sobre a crise na área da saúde, alertando que este é um serviço de prioridade zero. “A saúde é um direito do ser humano e o governo tem que buscar alternativas urgentes para cuidar

da saúde da população e injetar recursos para que os hospitais tenham condições de investir em profissionais para atender à demanda com mais qualidade e eficiência. É preciso gerir recursos para dar saúde, caso contrário, a saúde morre na UTI, provocando um rombo ainda maior no setor já tão falido”, diz. O especialista também falou da necessidade de se ter profundo conhecimento das técnicas de consultar, cuidar e atender. “São procedimentos que têm mais valor que bens industriais; muito mais valiosos do que equipamen-

“...o Brasil é um país muito mal gerido na política e isto reflete na saúde.”

Edison Laércio de Oliveira,
presidente da Federação dos Trabalhadores da
Saúde do Estado de São Paulo



tos e remédios.”

Durante os quatro dias de palestras, os especialistas debateram o problema da saúde no País, buscando alternativas para melhorar o setor. Um dos pontos é obter profissionais altamente treinados para que se possa ter uma saúde de excelência num País tão rico em recursos materiais e tão pobre em investimentos em áreas prioritárias.

Segurança e saúde no ambiente de trabalho, prevenção de acidentes, participação política

da categoria nas esferas do poder também foram temas debatidos.

Quanto a segurança e saúde do trabalhador, o médico do trabalho, Koshiro Otani, falou sobre a importância do eSocial, um sistema de coleta e envio de informações trabalhistas, previdenciárias e fiscais, desenvolvido pelo Governo Federal. Segundo ele, o eSocial é uma nova forma de registrar eventos trabalhistas que vão propiciar um ambiente virtual que protege os direitos dos trabalhadores.

Carta de São Paulo

No final do 17º Encontro Paulista da Saúde foi aprovada por unanimidade a Carta de São Paulo, documento que irá nortear as ações dos dirigentes sindicais em 2016. Uma das decisões dos delegados presentes no Encontro é atuar pela unificação das reivindicações dos trabalhadores do Estado de São Paulo com o objetivo de unificação da pauta de reivindicações e da data-base e do fortalecimento dos trabalhadores da saúde.

“CARTA DA SAÚDE BRASILEIRA

17º Encontro de Dirigentes Sindicais e Trabalhadores da Saúde do Estado de São Paulo

Resoluções

“Nos dias 11, 12, 13 e 14 de novembro 2015, na Colônia de Férias Firmo de Souza Godinho, em Praia Grande, com a presença de 300 delegados, realizou-se o 17º Encontro de Dirigentes Sindicais e Trabalhadores da Saúde do Estado de São Paulo, que teve por objetivo debater e definir a linha de atuação das entidades sindicais filiadas à Federação dos Trabalhadores da Saúde do Estado de São Paulo que juntas representam mais de 600 mil profissionais da saúde que atuam em estabelecimentos de serviços de saúde das redes privada e filantrópica.

Tendo por temas centrais o financiamento do sistema de saúde, as condições de trabalho dos profissionais e sua representatividade junto às diversas esferas de poder e, após palestras proferidas por convidados e plenárias de debates promovidas entre os participantes, os delegados presentes no 17º Encontro Paulista da Saúde decidem:

1. Em conjunto com os sindicatos filiados desenvolver um projeto de trabalho com o objetivo de promover cursos e seminários de capacitação dos dirigentes sindicais da base, bem como dos trabalhadores sobre temas que contribuam para a conscientização e para o aumento do conhecimento construtivo de uma nova realidade na área da saúde.
2. Desenvolver ações que disseminem a realidade do sistema de saúde no País para trabalhadores e sociedade em geral como forma de fortalecer a luta dos trabalhadores por um sistema de saúde digno e humanitário que valorize os profissionais da saúde e garanta um atendimento de qualidade para a população.
3. Ratificar a necessidade de desenvolver um plano de ação que vise à garantia da representatividade dos profissionais da saúde brasileiros perante a sociedade, os governos municipais, estaduais e federal junto ao Congresso Nacional e às entidades de nível nacional e internacional por meio de uma entidade de nível nacional que seja capaz de atender as necessidades e os anseios da categoria da saúde. Sendo assim, decidem que a Federação Paulista da Saúde deverá retornar à condição de filiada da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Saúde (CNTS) na forma da decisão judicial transitada em julgado.

“Informações que antes ficavam isoladas em sistemas distintos, agora ficarão disponíveis online para diferentes órgãos do governo, como o Ministério do Trabalho e Emprego, Receita Federal, INSS e o Ministério da Previdência”, explica.

Para enriquecer ainda mais a discussão do tema, o procurador do Trabalho Ronaldo Lira destacou a importância de democratizar o ambiente e as condições de trabalho. “O Brasil é o 4º país no mundo onde mais morre

pessoas em ambiente de trabalho por ano. Responsabilizar o trabalhador por qualquer acidente é um erro, pois ele representa o último elo da cadeia”, critica, lembrando que é preciso avançar nas leis de segurança no trabalho, com a implantação da Norma Regulamentadora 32, que estabelece diretrizes básicas para implantação de medidas de proteção à segurança e à saúde dos trabalhadores em serviços de saúde. “Nós devemos tratar os seres humanos como seres humanos”, diz.

4. Deliberar por meio da realização de seminários regionalizados de uma pauta mínima de trabalho a ser incorporada no calendário de atividades das entidades sindicais com o objetivo de conquistar a efetiva evolução e valorização dos profissionais da saúde no que concerne aos seguintes benefícios: política governamental para a saúde mental, dimensionamento de pessoal, piso nacional unificado, implantação da jornada de 30 horas, fim da terceirização, por uma reforma sindical que garanta a representação e o fortalecimento da categoria majoritária na área da saúde.

5. Definem que esta Federação e todas as entidades sindicais da área da saúde do Estado de São Paulo deverão manter a denúncia pública dos deputados e senadores que votem contrário aos interesses dos trabalhadores, assim como devem divulgar os nomes dos representantes da população que apoiam as propostas que garantam a melhoria das condições de vida e de trabalho dos profissionais da saúde e, conseqüentemente, da qualidade de atendimento em saúde no Brasil.

6. Atuar para inserir a representação profissional na Frente Parlamentar de Apoio às Santas Casas, garantindo os direitos dos trabalhadores, bem como o investimento em formação dos profissionais da área da saúde.

7. Dada à falta de dados concretos acerca da realidade relativa às condições de saúde e segurança na área da saúde, cuja realidade mostra que a NR-32, a Norma Regulamentadora número 32, após dez anos da sua criação, não é cumprida pela maioria dos estabelecimentos de saúde, enviar esforços para a realização de pesquisa de âmbito estadual que forneça informações técnicas e objetivas sobre a realidade no setor de saúde.

8. Atuar pela unificação das reivindicações dos trabalhadores do Estado de São Paulo com o objetivo de unificação da data-base e do fortalecimento dos trabalhadores da saúde.

9. Encaminhar ao Sindicato dos Metalúrgicos da Baixada Santista Moção de Apoio pela luta que empreende contra a demissão de 4 mil trabalhadores - 2 mil empregos diretos e 2 mil indiretos – da Usiminas, que decidiu suspender as produções de aço de sua unidade em Cubatão.

10. Encaminhar à Usiminas Moção de Repúdio pela decisão que não levou em conta os efeitos sociais e psicológicos em 4 mil famílias atingidas pelo fechamento da unidade de produção, sem que fosse considerada qualquer contrapartida em nível social.

Praia Grande, 14 de novembro de 2015”

Subscrevem a 17ª Carta de São Paulo:

Federação dos Trabalhadores da Saúde do Estado de São Paulo, Sindicato da Saúde de Araçatuba e Região, Sindicato da Saúde de Bauru e Região, Sindicato da Saúde Campinas e Região, Sindicato da Saúde de Franca e Região, Sindicato da Saúde de Jaú e Região, Sindicato da Saúde de Piracicaba e Região, Sindicato da Saúde de Presidente Prudente e Região, Sindicato da Saúde de Rio Claro e Região, Sindicato da Saúde de Ribeirão Preto e Região, Sindicato da Saúde de São José do Rio Preto e Região, Sindicato da Saúde de São José dos Campos e Região, Sindicato da Saúde de Sorocaba e Região, Sindicato da Saúde de Santos e Região e Sindicato da Saúde de Três Lagoas (Mato Grosso do Sul).

Falta investimentos e referências na gestão de saúde no Brasil

por Henrique Rodrigues

O especialista em Gestão Estratégica em Saúde, Educação e Comunicações, professor doutor Rubens Baptista Junior falou sobre “Financiamento e gestão em saúde”, o tema de abertura do Encontro Paulista da Saúde.

O médico e professor contesta a gestão do poder público na área da saúde. Para ele, o governo investe muito pouco neste setor prioritário da sociedade e é o principal responsável pela crise nos hospitais, principalmente nas santas casas. “As políticas públicas na área de saúde no Brasil seguem um modelo ultrapassado de gestão. São custos crescentes, corrupção, mau aproveitamento dos bons profissionais, improvisação e amadorismo. Tudo isso impede o progresso no setor”, destacou.

“A saúde é um direito do ser humano e o governo tem que buscar alternativas urgentes para cuidar da saúde da população e investir recursos para que os hospitais tenham condições de investir em profissionais de saúde, para que eles tenham condições de atender à demanda com mais qualidade”, diz, destacando que o setor precisa de mais recursos.

Para melhorar a gestão da saúde no Brasil, o prof. dr. Rubens Baptista considera fundamental a correção dos fatores políticos e econômicos; combate à corrupção no setor; modernização do modelo; adoção de gestão profissionalizada, integrada à nova economia. Rubens Baptista ressaltou ainda a falta de referências. Ele cita o desenvolvimento da Coreia do Sul, que era um país sem nenhuma estrutura nos anos 50, mas hoje se tornou exemplo de política social. “Na minha infância, conheci muitas crianças, filhos de imigrantes coreanos e, naquela época, os coreanos fugiam do seu

país porque não tinham recursos mínimos para sobreviver. Após investirem fortemente em setores como educação e saúde, a Coreia se tornou um dos países maiores em IDHs (Índice de Desenvolvimento Humano) do mundo. Brasil precisa seguir exemplos como este”, pontua. Na palestra, Rubens Baptista também falou da necessidade de se ter conhecimento. “Conhecimento vale mais do que matéria”, afirmou, citando casos em que o conhecimento tem mais valor do que bens industriais. Na saúde, segundo ele, o conhecimento está expresso em questões como a consulta, o atendimento e o cuidado, que são muito mais valiosos do que equipamentos e remédios.

A presidente do Sindicato da Saúde de Campinas e Região, Leide Mengatti, divide a mesma opinião do especialista em gestão estratégica e afirma que o direito à saúde para o povo brasileiro depende de todos. “A população tem que se unir e defender o direito à saúde, que é constitucional; só com união e luta é que conseguiremos salvar a saúde”, diz.



Rubens Baptista Júnior

Motivação no trabalho em tempos de crise

por Henrique Rodrigues

Trabalhar na área da saúde, setor prioritário da sociedade, exige muito conhecimento e dedicação dos seus profissionais. Em tempos de crise econômica, as demissões que ocorrem em hospitais fazem com que os demais funcionários trabalhem muito mais para manter a qualidade do atendimento. Isso só é possível graças à motivação que os trabalhadores da saúde buscam diariamente para atender à população da melhor maneira possível. Mas nem sempre o amor que o trabalhador tem em cuidar de pessoas é suficiente para manter o padrão de atendimento.

Preocupada com esse cenário, a fundadora do Instituto Carioca de Gestalt-Terapia, psicóloga e palestrante motivacional, Teresa Amorim, abordou o tema “Como manter a motivação em tempos de crise” no 17º Encontro Paulista da Saúde.

A palestrante iniciou a sua apresentação ao som de Tim Maia, com a música “Não Quero Dinheiro”, e explicou as diferenças entre motivação e estímulo. “É impossível motivar alguém porque a motivação vem da própria pessoa, é intrínseco. O que podemos e devemos fazer é estimular, incentivar ou provocar os desmotivados para que eles busquem o melhor de si”,

diz Teresa.

A motivação, de acordo com ela, está condicionada a valores, necessidades, interesses diferentes e na história de vida de cada um.

“Diferente da motivação, o estímulo é extrínseco, ou seja, está fora de nós e é fundamental que passemos isto de um para o outro que precisa de ajuda.”

Neste momento de crise em que passa o Brasil, Teresa destaca a importância dos gestores em estimular seus funcionários insatisfeitos e os acomodados e afirma que os chefes precisam reconhecer as competências de cada pessoa para uma ação coletiva. “Podemos provocar a motivação para a ação de nossa equipe e cabe ao gestor desenvolver o processo de aprendizagem e incentivar a equipe de trabalho a qual lidera”, explica.

Entre as ações apontadas pela palestrante para estimular os funcionários estão: incentivar e apostar nas pessoas; desafiar um padrão de excelência; explicitar de forma clara

os objetivos empresariais; aceitar as limitações das pessoas; respeitar o ritmo e tempo de cada um; e respeitar os sentimentos.

“Se cada um de nós fizer alguma ação de motivação ao colega, conseguiremos caminhar juntos e ver o trabalho com mais otimismo”, finaliza.



“É impossível motivar alguém porque a motivação vem da própria pessoa, é intrínseco.”

Teresa Amorim
Palestrante motivacional

Saúde com candidato próprio

Somente com candidaturas próprias, trabalhador pode salvar direitos trabalhistas e enfrentar as investidas patronais

por Paulo César Grange

O cenário é dos piores possíveis para os trabalhadores em geral, especialmente para os profissionais da saúde. No Congresso Nacional, onde está o centro das decisões, os políticos são quase todos contra os trabalhadores. Falta gente nossa na política. Falta trabalhador candidato.

O alerta é do presidente da União Geral dos Trabalhadores Paulista, Luiz Carlos Motta. Ele foi um dos palestrantes no 17º Encontro Paulista da Saúde, realizado em novembro de 2015 pela Federação dos Trabalhadores da Saúde do Estado de São Paulo. Isto significa que entre deputados e senadores o lema que impera é: “Todos contra um”, sendo que o “um”, no caso, são os trabalhadores.

“Os direitos trabalhistas, sindicais e previdenciários têm sofrido ataques brutais. A eleição de legítimos representantes dos interesses dos trabalhadores é capaz de conter estas investidas patronais. Vamos elegê-los!”, diz Motta, que também é presidente da Federação dos Empregados no Comércio do Estado de São Paulo (Fecomercários-SP) e suplente de deputado federal pelo PTB.

Para ele, somente com mobilização dos sindicalistas e dos trabalhadores sindicalizados é possível tentar reverter esse cenário pessimista para a classe trabalhadora. O lado bom, segundo Motta, é que é possível sonhar com mais representatividade do trabalhador nas câmaras (municipal e federal), nas assembleias e no próprio Senado.

Ele aborda várias questões que justificam o cenário atual, incluindo a falta de candidaturas viáveis dos trabalhadores, o fato de muitos eleitores se deixarem levar por promessas e falta do voto consciente da classe trabalhadora. A saída

para reverter este cenário sombrio é investir em cursos de formação política nos sindicatos.

Política faz acontecer

No Encontro Paulista da Saúde, Luiz Carlos Motta fez parte da mesa ao lado do presidente da Federação da Saúde, Edison Laércio de Oliveira, e de três sindicalistas da Federação que foram candidatos. Um deles, Luis Vergara, que é vereador por Franca e foi candidato a deputado estadual com apoio da Federação, em 2014. Leide Mengatti, presidente do Sinsaúde Campinas, foi candidata a vereadora por Campinas. E Paulo Pimentel, que chegou a ser vereador e presidente da Câmara de Santos.

“É por meio da política que as coisas acontecem”, afirma Motta, destacando que, desde 2012, a Fecomercários tem um projeto de eleger representantes: Corrente Comerciária. De 46 candidatos a vereador em 2012, 11 foram eleitos. A tendência é aumentar em 2016. “Hoje já temos mais de 200 políticos nesta corrente.” O modelo dos comerciários, segundo Motta, pode servir para o setor da saúde. Mas ele vai além, ressaltando que trabalha na União Geral dos Trabalhadores (UGT) para expandir a representatividade de todas as categorias filiadas. “Temos que deixar de ser coadjuvantes na política. Vamos ser protagonistas, participar de decisões e interferir nas questões parlamentares.”

O presidente da Federação paulista da Saúde, Edison Laércio de Oliveira, ressaltou que é preciso que a categoria coloque “gente que tem vontade de lutar e pensar nas pessoas”. É preciso pensar no coletivo e “dispensar os individualistas”. A Federação, em parceria com a UGT, vai trabalhar para construir candidaturas para

2016 nas cidades onde têm sindicatos filiados. Por que ocorre desequilíbrio de forças entre representantes dos trabalhadores e patronais no Congresso Nacional?

Luiz Carlos Motta - Lutamos contra campanhas milionárias para eleger os legítimos representantes dos trabalhadores. O capital tem forte poder de influência sobre os eleitores. Parte destes eleitores se deixa levar por falsas promessas e acaba votando de modo equivocado. Acredito que falta no Brasil o exercício do voto consciente. Cabe ao cidadão conhecer as origens dos candidatos. Hoje, a tecnologia permite este levantamento. Por exemplo, nas eleições municipais de outubro próximo, quando elegeremos prefeitos, vices e vereadores, é preciso saber quais são as posições destes candidatos junto às questões da cidade e do Brasil voltadas aos trabalhadores.

Como despertar esta consciência política?

Motta - Creio que as entidades sindicais constituem o ambiente propício para iniciar a formação política dos trabalhadores. Ela não deve ser partidária. Por meio de um número maior de trabalhadores sindicalizados o despertar desta consciência política fica ainda mais facilitado. Entendo que trabalhador sindicalizado tende a participar mais efetivamente das atividades e do cotidiano da sua entidade. Esta relação estimula a participação em congressos, encontros, simpósios e afins, que trazem consciências políticas e sindicais. Sou a favor da promoção de cursos de formação política nos sindicatos.

Quais são os impactos desta falta de representatividade?

Motta - Ameaças aos direitos dos trabalhadores e obstáculos para conquistarmos novos avanços. A discrepância é brutal. Para mais de 200 parlamentares representantes dos interesses patronais tem 51 do lado dos trabalhadores, na Câmara dos Deputados.

É preciso saber como deputados federais e senadores votam as matérias trabalhistas. Será que são a favor do aumento da idade para se aposentar? Concordam com a ampliação da terceirização da mão de obra? Defendem a flexibilização da Consolidação das Leis do Trabalho? Se a resposta for sim, o eleitor deve mudar de candidato imediatamente.

O senhor teve 94.200 votos em 2014. É primeiro suplente de deputado federal. Na sua avaliação é possível o setor da saúde lançar candidaturas vitoriosas?

Motta - Sim e com chances de vitória. O setor conta com quadros preparados para enfrentar as urnas tanto nas eleições municipais de 2016 quanto nas eleições de 2018 quando, entre outros, elegeremos os deputados estaduais. São dirigentes capacitados politicamente e preparados acerca das reais necessidades que o setor da saúde enfrenta

nas cidades, no Estado e no Brasil. Sindicalistas da área da saúde, já eleitos, têm desenvolvido mandatos exemplares. Este campo de atuação deve ser ampliado. As eleições de 2018 se apresentam como desafio ao movimento sindical, porque temos que reequilibrar a correlação de forças no Congresso Nacional e na Assembleia Legislativa. A eleição de legítimos representantes dos interesses dos trabalhadores é capaz de conter estas investidas patronais. Vamos elegê-los!



“Os direitos trabalhistas, sindicais e previdenciários têm sofrido ataques brutais. A eleição de legítimos representantes dos interesses dos trabalhadores é capaz de conter estas investidas patronais.”

Mais participação e união dos trabalhadores são a chave para garantir direitos

Por Vera Lúcia Salvádo Pimentel

Presidente do Sindicato da Saúde de Bauru e Região e diretora arquivista da Federação dos Trabalhadores da Saúde do Estado de São Paulo

Estamos cansados de ouvir falar sobre corrupção e assistir atônitos a noticiários que mostram a farra dos políticos usando o dinheiro público. Notamos que a corrupção não é exclusiva do Partido dos Trabalhadores (PT), mas que está presente no DEM, PSDB e outros tantos partidos que tiveram seus nomes avacalhados nos últimos meses. Os estragos causados pela atitude destes corruptos têm uma extensão incalculável e mexem com a vida de todos os trabalhadores.

Um exemplo claro disso é a estagnação da nossa economia, que desde 2015 vem despencando, enquanto que a inflação sobe e empobrece quem trabalha, incansavelmente, para gerar riquezas para este País. A mídia não diz, mas são os trabalhadores que acabam pagando a conta ocasionada pelos reflexos da corrupção. Com tantas notícias ruins, como fazer os trabalhadores acreditarem nos organismos sociais e políticos, entre eles os sindicatos - a base política do País? Isto é ainda mais difícil, porque centenas de políticos estão onde estão porque foram eleitos com o apoio de entidade sindicais.

Diante de tanto descrédito, a pergunta é: Como fazer a sociedade respeitar as entidades sindicais? Como fazer com que os cidadãos acreditem que estas entidades são de extrema importância para equilibrar as relações entre capital x trabalho?

Precisamos repensar a nossa função social e buscar um meio para conscientizar os trabalhadores sobre a importância que estes têm na estrutura política do Brasil.

Precisamos nos unir para mudar a imagem das entidades sindicais, aumentar a participação dos trabalhadores e com isso garantir seus direitos.

Não adianta fazer campanhas grandiosas de sindicalização se não atacarmos

o centro do problema – que é convencer os trabalhadores sobre a importância do movimento sindical. Precisamos fazer com eles entendam que o movimento sindical pode mudar a história, como já mudou. Esta participação só virá com a mudança de postura dos líderes.

Quando o real interesse dos dirigentes sindicais for a defesa do direito, a conquista de benefícios e a proteção do trabalhador, estaremos dando os primeiros passos para esta mudança.

Se sindicato somos nós, precisamos buscar uma resposta rápida para garantir a participação dos trabalhadores, para fazer com que todos os cidadãos entendam que as entidades sindicais são necessárias no mundo capitalista e que sem elas os trabalhadores podem descer à condição de escravos.

Para isso, penso que é preciso usar as ferramentas que temos para conscientizar os trabalhadores e com isto levá-los a valorizar a entidade que os defende.

Mudar a imagem e traçar um novo rumo para o movimento sindical são ações urgentes e que podem interferir até mesmo nas ingerências da Justiça, que teimam em enfraquecer as entidades sindicais, subtraindo contribuições e dando sentenças que levam entidades ao fechamento de portas.

Precisamos convencer os trabalhadores de que a união é a chave que vai trancar as portas dos desmandos de todos os poderes, porque sem a participação dos trabalhadores nossa luta é vã.



“Se você não tiver pressão, não consegue negociar”

por Henrique Rodrigues

Conhecimento, mobilização e pressão. Estas são as três principais recomendações saídas do painel “Negociação sindical em tempos de crise”, realizado no 17º Encontro Paulista da Saúde, em Praia Grande. O advogado e pós-doutor em Bioética, Saúde, Direitos Humanos, José Roberto Sodero Victório, foi categórico em afirmar que o ano de 2016 vai ser marcado por negociações salariais complicadas em razão da crise, da inflação e do afastamento dos trabalhadores da entidade que os representa.

Na oportunidade, o palestrante lembrou que o cenário atual nas negociações salariais é o mais diferente das duas últimas décadas, uma vez que a inflação está em alta e supera a casa dos dois dígitos pela primeira vez desde o Plano Real. Ou seja, os sindicalistas precisam sair da “zona de conforto” e, ao mesmo tempo, tirar o trabalhador da zona de conforto que ele se encontra.

“Qualquer negociação tem de ter uma análise de conjuntura, hoje marcada pela crise econômica e política”, diz Sodero, explicando que os sindicatos precisam conhecer o cenário atual e a situação dos hospitais com os quais que vão negociar, bem como as estratégias do negociador.

Sodero destaca que o sindicalista precisa também conhecer as angústias dos trabalhadores que ele representa para colocar na mesa de negociação cláusulas além do aspecto financeiro. “Em época de crise, a gente não pode errar na negociação”, sentencia. “Qualquer erro traz um

prejuízo danado para a classe trabalhadora.” O primeiro passo para ter poder na hora de reivindicar melhorias para os profissionais da saúde, segundo o advogado, é a “mobilização” da base, única forma de dar a força necessária na mesa de negociação.

Com a vasta experiência de ter conduzido negociações para muitos sindicatos, Sodero avisa que o dirigente sindical precisa ter outra arma ao se sentar para negociar com o patrão: pressão. “Se você não tiver pressão, não consegue negociar.” Em suma: sem mobilização e sem pressão, o sindicato fica fragilizado na hora de defender a categoria. Além dessas duas recomendações, o sindicalista precisa conhecer as angústias dos trabalhadores, quais as doenças que os afligem, se sofrem assédio moral e outros problemas. Assim, ele se municia para colocar na mesa de negociação

cláusulas que vão além do aspecto financeiro. “Em tempos de crise, precisamos restabelecer a coletividade”, afirma o advogado.

A própria sociedade precisa ser chamada para



“Em época de crise, a gente não pode errar na negociação, qualquer erro traz prejuízo danado para a classe trabalhadora.”

José Roberto Sodero Victório

prestigiar a causa dos trabalhadores da saúde, afinal, é para ela que a categoria trabalha e oferece atendimento. A dica é colocar na pauta de reivindicações melhores condições de atendimento para a sociedade para ter o apoio do cidadão.

José Roberto Sodero Victório enumerou algumas ideias de negociação que os sindicalistas precisam levar em conta para ter êxito. A principal delas é a “preparação”. Não adianta, segundo ele, ir para uma mesa de negociação sem conhecer a categoria, o hospital e sem argumentos para justificar pedidos de reajuste e de eventuais ganhos reais nos salários. A lista de ideias inclui ainda habilidade de relacionamento, saber se comunicar, ter tecnologia da negociação e flexibilidade (saber recuar e ter margem de manobra), repertório (estar preparado para as situações imprevistas), criatividade, atitudes mentais positivas e capacidade de lidar com o estresse.

No 17º Encontro Paulista da Saúde, o senhor explicou que é fundamental ao sindicalista conhecimento, mobilização e pressão para negociar com o empregador. Por que estas qualidades se tornam indispensáveis em tempos de crise econômica e política?

Sodero - Em período de estabilidade econômica, as negociações são previsíveis e os erros cometidos em negociação quase sempre não são detectáveis. Em períodos de crise econômica qualquer erro ou equívoco em negociação pode abrir um sério precedente negativo e envolver perdas inimagináveis para a categoria. Negociar em tempo de crise também é um exercício de pressão. Sem meios de coerção (e não coação) não se tem pressão de negociação. Com o emprego em risco e sendo esta a única preocupação imediata, o sindicato precisa construir uma legitimidade de representação para a mobilização de sua categoria.

Na palestra, o senhor disse que a necessidade

da pressão dos sindicatos contra o empregador é como uma criança insistente que pede algo para os pais. Como é isto? Em que momento a empresa se sente pressionada e obrigada a ceder às exigências dos trabalhadores?

Sodero - Como disse anteriormente sem pressão não se consegue negociar. No Encontro Paulista citei como exemplo uma criança ao shopping center e na hora do almoço os pais querem levar o filho para comer uma comida saudável, mas ele insiste em ir no fast-food. Os pais argumentam que se trata de comida saudável, mas o filho quer comer hambúrguer com alface, queijo, molho especial, tudo isto no duplo pão de gergelim. A negociação sobre onde comer emperra e o filho tem uma saída (pressão) e começa a gritar e a chorar, fazendo um escândalo e, por mais contrariados que os pais fiquem pela pressão sofrida acabam cedendo à reivindicação do filho. Caso ele apenas resmungasse, sem exercer pressão, os pais não o atenderiam. É óbvio que se trata de um comparativo simples, mas que demonstra que se não houver mobilização não há negociação que garanta dignidade.

Flexibilidade é outra qualidade apontada como importante em negociações. Por quê?

Sodero - Sim. Entender o que acontece com o setor patronal, certamente com análise de números, balanços, investimentos, etc., é absolutamente necessário para se negociar. Com dados técnicos reais nas mãos é possível estabelecer critérios de negociação mais flexíveis com um apontamento para o futuro em médio e longo prazos. Não vejo, embora respeite as posições contrárias, que os direitos trabalhistas elevados em nível constitucional causem uma incapacidade empresarial e que estes direitos deveriam ser flexibilizados. No entanto, outros direitos e outras condições podem ser melhores viabilizados e inseridos no contexto das negociações sindicais. Cláusulas sociais mais abrangentes, em tempo de crise, podem



superar sua valorização contra cláusulas econômicas, que podem inviabilizar a negociação. Por isso, insisto para que os sindicatos devam se utilizar de todos os dados técnicos, científicos e econômicos como parâmetros na discussão, envolvendo as negociações sindicais.

Diante da crise, o movimento sindical precisa mudar suas estratégias de negociação com os empregadores. E os trabalhadores? Eles mudaram nos últimos anos?

Sodero - A partir de 1994, quando houve uma estabilização monetária e os níveis de emprego aumentaram, os trabalhadores perderam seu foco de mobilização coletiva. O perfil individual do trabalhador também mudou. O acesso imediato às informações via rede de computadores e a velocidade destas informações também mudaram. O trabalhador também obteve mais acesso aos meios de estudo, em tese, trazendo maior conhecimento. O trabalhador sabe dos seus direitos, conhece seus anseios, mas por outro lado se individualizou. Os movimentos sociais dos anos 80 e da metade dos anos 90 foram pulverizados pela ideia de uma construção individual do futuro do trabalha-

dor. Isto faz com que as instituições que os representam precisam entender este contexto e trazer um novo formato de abordagem para restabelecer a sua legitimidade da representação sindical.

Sindicalistas e professores universitários avaliam que os sindicatos vêm perdendo a força diante da crise, o que faz o trabalhador perder sua autonomia de defender seus direitos trabalhistas. É comum ouvir a expressão “era do individualismo” e “crise de representatividade”, não só na política, mas também em instituições que visam o interesse coletivo. Em sua visão, como recuperar a confiança dos trabalhadores pelo movimento sindical?

Sodero - Esta questão do individualismo traz uma avaliação dicotômica, pois enquanto houve uma construção nos anos 80 até meados dos anos 90, fazendo com que, de forma coletiva, os trabalhadores conquistassem direitos inimagináveis, esta conquista ou a operacionalização desta conquista se deu de forma individualista e não coletiva, como foi construída. Havia, em época de crise econômica e inflação galopante, uma visão de que se não formasse um consciente coletivo não se conseguiria garantir direitos mínimos. Com a conquista destes direitos, especialmente com a vigência da Constituição Federal de 1998, houve uma corrida para a efetivação destes direitos, mas se perdeu a ideia de coletividade, pois cada indivíduo passou a buscar seu “sonho dourado”. No meu entender, o movimento sindical preparado, de forma consciente e técnica, com informações em tempo real para os trabalhadores, com discussão em alto nível com a classe patronal, torna-se o elemento agregador do restabelecimento de uma coletividade consciente do seu papel social, enquanto cidadão, enquanto trabalhador, enquanto gerador de riquezas para o País.

Encontro Paulista da Saúde, um avanço para as atividades sindicais

Por **Sebastião Aparecido Matias**

Presidente do Sindicato da Saúde de Presidente Prudente e Região e delegado representante na Confederação Nacional de Trabalhadores da Saúde (CNTS)

Como dizia George Bernard Shaw “é impossível prosseguir sem mudanças e aqueles que não mudam suas mentes não podem mudar nada”. Esta é a essência que tiramos do Encontro Paulista da Saúde. Cada palestra, cada ensinamento, cada experiência trocada contribuíram para o fortalecimento da nossa entidade sindical para agir em prol da nossa categoria. Quando uma pessoa anda sozinha, o caminho fica mais curto e não apresenta tantos resultados, porém quando se caminha junto com alguém, o alvo fica maior, mais pessoas participam e o resultado se torna maior.

Nos sindicatos é a mesma coisa: quando nossas entidades caminham juntas em uma só direção, as conquistas são maiores. Nossas ações de unir os sindicatos e mobilizar ainda mais os trabalhadores seguem o pensamento da coletividade, no qual toda a categoria é beneficiada.

No último Encontro Paulista da Saúde, cada palestra trouxe um alerta de como nós, sindicalistas, devemos agir com os nossos representados. Foram quatro dias de ensinamento e aprendizado, que nos levaram a refletir de como devemos agir como dirigentes sindicais que nos propusemos a ser.

Cada Encontro da Saúde significa crescimento e não existe crescimento sem mudanças. Ter a oportunidade de aprender, compartilhar, partilhar experiências com os companheiros da base é o avanço das atividades sindicais.

Os temas apresentados, os palestrantes convidados e os debates com a categoria e a própria organização do Encontro promoveram

um ambiente propício não só para a união dos interesses da categoria, mas também para o conhecimento. Após o evento, saímos fortalecidos e confiantes para os próximos trabalhos.

Sendo assim, os encontros paulistas que a Federação realiza anualmente são imprescindíveis para as nossas atividades junto com a categoria. Contribuem para a evolução dos dirigentes sindicais que, por sua vez, terão ainda mais atitude e conhecimento para lutar pela categoria, buscando a valorização das entidades sindicais e a evolução da categoria que representamos.



Falta de representatividade sindical em Brasília prejudica entidades sindicais

por Henrique Rodrigues

// O movimento sindical é a única forma que o trabalhador tem para amenizar os efeitos da crise econômica e política que atinge o País.” Esta é a opinião do secretário-geral da União Geral dos Trabalhadores (UGT), Canindé Pegado, que se aprofundou no tema “Organização e fortalecimento das instituições sindicais no cenário nacional” no 17º Encontro Paulista da Saúde.

Pegado iniciou a palestra informando o histórico de lutas do movimento sindical no Brasil, as várias tentativas fracassadas de criar uma central sindical no País e a importância atual delas no fortalecimento das instituições sindicais brasileiras.

Sobre a crise econômica, o sindicalista afirma que é compromisso do movimento sindical agir em proteção aos direitos trabalhistas, mas lamenta a falta de representação no Congresso Nacional. “A crise política é preocupante não só para o governo, mas também para os sindicatos. O número de deputados

que representa os trabalhadores em Brasília é a menor dos últimos tempos.”

Quanto à crise política, o secretário-geral da UGT defendeu a rejeição da proposta de emenda à Constituição (PEC 36/2013), que acaba com a contribuição sindical obrigatória.

Contrário à proposta, ele afirma que esta discussão ainda está em curso por conta da perda de representação nas esferas do poder.

Pegado critica a abordagem da grande imprensa e do governo quando o assunto é a área sindical. Para ele, os ataques que os sindicatos recebem diariamente nas emissoras de rádios e TVs e jornais prejudicam a mobilização. “É possível observar que o governo, os partidos políticos, a polícia, a imprensa e os empresários são contra as nossas ações. Estamos só nesta luta e isto prejudica nossos trabalhos a favor da categoria”, diz Canindé Pegado. “Entretanto, somos nós os trabalhadores e somos nós que fazemos este País avançar. Somente com a união de todos os trabalhadores será possível atingir os nossos objetivos, que é garantir os direitos e o bem-estar de toda a categoria”, finaliza.



“A crise política é preocupante não só para o governo, mas também para os sindicatos. O número de deputados que representa os trabalhadores em Brasília é a menor dos últimos tempos.”

Canindé Pegado

Demandas da saúde sob ameaça

Principais lutas do trabalhador, como piso nacional e jornada de 30 horas, são projetos com chances remotas de aprovação no Congresso dominado por patrões

por Paulo César Grange

O cenário que se desenha em 2016 é ainda pior do que foi em 2015 para o trabalhador da área da saúde. Diagnóstico elaborado por assessor do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP) aponta chances remotas de se conquistar benefícios, como a jornada de 30 horas e o piso nacional do trabalhador da saúde. Estas e outras demandas da categoria estão ameaçadas. E praticamente engavetadas.

Essa previsão de “um cenário de total resistência” e de “muita dificuldade” para aprovar algo que favoreça o trabalhador foi apontada pelo assessor parlamentar Neuriberg Dias, que participou do 17º Encontro Paulista da Saúde. Ao apresentar um mapa dos projetos e das propostas em trâmite no Congresso Nacional e que

afetam o trabalhador, ele sinalizou preocupação e falou dos desafios a serem superados.

A composição do Congresso Nacional que saiu das urnas em 2014 mostra que o trabalhador ficou ainda mais enfraquecido na luta por seus direitos. São apenas 51 congressistas sindicalistas contra 220 da classe empresarial, isto sem contar ruralistas, liberais e outras classes. Ou seja, a luta do trabalhador repete a história bíblica de Davi contra o gigante Golias.

Com base nos estudos e no contato com parlamentares, por conta do trabalho no DIAP, Neuriberg Dias diz que muitas propostas que contrariam interesses dos trabalhadores podem ser aprovadas. Uma delas é a flexibilização de direitos trabalhistas, como também a terceirização na área da saúde, a reforma sindical e o custeio do movimento sindical, assuntos que estão no “centro dos debates”.

Sindicalismo é o alvo

Por outro lado, projetos em prol da saúde estão praticamente engavetados e com pouca chance de prosperarem, tamanha a desigualdade nas bancadas pró e contra os trabalhadores. O salário profissional da saúde é um destes projetos ameaçados. O assessor do DIAP prevê “debates difíceis” para levá-lo adiante, uma vez que o piso nacional envolve Estados e municípios. “É uma bandeira que não tende a avançar”, lamenta.

Outra demanda popular da área da saúde ameaçada de não vingar é a jornada de 30 horas. O Projeto de lei 2295/2000 está parado na Câ-



mara dos Deputados. Segundo Neuriberg, o Ministério da Saúde alega aumento nos gastos, por isso o governo já estuda alternativas, como a redução progressiva da jornada e não de forma imediata como quer a Federação Paulista da Saúde.

Desafio sindical

Neuriberg Dias faz recomendações à Federação e aos diretores dos sindicatos filiados. Ele sugere atuar pela recomposição e unidade de ação das



Neuriberg Dias

centrais sindicais. Também sugere provocar diálogos com o governo, com o Ministério da Saúde e com os conselhos de Saúde.

O assessor parlamentar do DIAP recomenda aos sindicalistas a definição de uma pauta prioritária e a formulação de propostas

para ampliar os direitos trabalhistas. Por fim, ressaltou a importância de os dirigentes sindicais ficarem de olho na atuação dos deputados e senadores no Congresso e na base de cada um deles. “Nosso maior desafio é tentar evitar a perda das conquistas”, alerta.

Pauta dos trabalhadores da saúde no Congresso

Os trabalhadores da saúde há anos lutam para que o Congresso Nacional brasileiro aprove projetos de lei que vão garantir mais qualidade de atendimento e melhoria das condições de trabalho. Alguns, como o projeto das 30 horas, estão há mais de uma década com votações proteladas por interesse político. Portanto, a categoria tem que estar unida e mobilizada para cobrar dos deputados federais e senadores a aprovação dos projetos ligados à área da saúde. Como fazer isso? Uma das formas é enviar e-mails para os congressistas (veja lista no site da Federação: www.federacaodasaude.org.br).

- Fim da terceirização na área da saúde
- Aprovação do salário profissional na área da saúde
- Aprovação da jornada de 30 horas



Hora de exigir a NR-32

Norma que cuida da saúde e segurança dos profissionais da área de saúde completa 10 anos, mas está longe de ser cumprida nos ambientes hospitalares

por Paulo César Grange

“O serviço de saúde é onde mais se registra acidentes de trabalho”. O alerta é do procurador Ronaldo José de Lira, do Ministério Público do Trabalho (MPT) da 15ª Região (Campinas). Ele foi um dos palestrantes a abordar saúde e segurança no ambiente de trabalho no 17º Encontro Estadual da Saúde, organizado pela Federação Paulista da Saúde. “A causa deste alto índice é o descumprimento da Norma Regulamentadora 32 (NR-32)”, pontua ele. Sem querer alarmar, mas alarmando realmente, Ronaldo Lira disse que no Brasil morre muita gente no ambiente de trabalho. “O Brasil é o 4º país no mundo onde mais morre pessoas em ambiente de trabalho por ano. Responsabilizar o trabalhador por qualquer acidente é um erro,

pois ele representa o último elo da cadeia. Sem avanço nas leis de segurança do trabalho será impossível reverter este quadro.”

Sobre a NR-32, que existe há uma década, mas ainda não se vê a aplicação das medidas de proteção à segurança e à saúde dos trabalhadores dos serviços de saúde, o procurador do Trabalho, comenta que falta conscientização de todas as partes e uma ação efetiva dos sindicatos para que as normas sejam cumpridas.

“Não foi totalmente cumprida. Isto é questão que envolve todos nós, os agentes públicos, o sindicato, os trabalhadores e os empregadores. Temos número expressivo de afastamento de doentes e mortes no trabalho. O que temos que fazer é uma conscientização dos traba-

lhadores e dos empresários e cobrar administrativamente ou judicialmente quando for o caso”, diz o procurador.

Os sindicatos, segundo Ronaldo Lira, não podem se omitir quando o assunto é exigir a implementação das diretrizes.

“O sindicato tem o poder de ajuizar ação civil



pública, exigindo o cumprimento da NR-32. Não precisa ficar só na porta do hospital ou no RH pedindo para cumprir. Se o pedido não for atendido ele pode procurar o Judiciário e exigir o cumprimento da NR-32 por um decreto judicial.”

Prevenção de acidentes

Durante sua palestra aos trabalhadores e sindicalistas da saúde, o procurador Ronaldo Lira disse que as negociações coletivas não focam saúde e segurança do trabalhador, mas estas demandas podem perfeitamente fazer parte de cláusulas a serem negociadas. “A negociação coletiva serve para isto também, além de discutir jornada de trabalho, melhor organização no ambiente de trabalho e número de leitos para pacientes.” Sobre se é possível ou não as entidades sindicais emplacar tais medidas numa Convenção ou num Acordo Coletivo de Trabalho, o procurador diz que depende da força do sindicato. “Se ele consegue usar o poder de negociação pode conseguir as cláusulas de saúde e segurança. Se o sindicato focar apenas na questão salarial ele, evidentemente, não vai entrar forte nesta negociação e não vai conseguir.”



“O trabalhador que chega ao seu primeiro emprego não tem noções básicas de nada. Vai aprender quando ficar doente, vai aprender com um acidente do colega.”

Ronaldo Lira

Conscientização precoce

“Nós devemos tratar os seres humanos como seres humanos e para isto as empresas precisam, além de oferecer indenizações mais justas, responsabilizar-se de forma mais atuante em prevenção de acidentes”, diz o procurador, lembrando da necessidade de projetos que focam na conscientização das crianças sobre a saúde do trabalhador.

“Temos que cuidar das futuras gerações. Cuidar da futura geração é ensinar desde criança alguns valores em relação ao meio ambiente do trabalho. O trabalhador que chega ao

seu primeiro emprego não tem noções básicas de nada. Vai aprender quando ficar doente, vai aprender com um acidente do colega. O foco nas crianças é a aprendizagem, a formação de agentes conscientes de seus direitos, em especial saúde e segurança”, diz Ronaldo Lira. Projeto defendido pelo procurador do MP sugere que a criança e o jovem tenham consciência não apenas de uma vida saudável, mas também de um emprego saudável. “A partir do momento que ele vai cuidar de si mesmo, do seu corpo, da sua mente, ele vai levar estes conceitos para o ambiente de trabalho. Vai poder disseminar informação em seu grupo de trabalho”, finaliza Lira.

Ambiente de trabalho salutar, saúde saudável para todos

Por Maria Hermann

Presidente do Sindicato da Saúde de Rio Claro e Região e diretora cultural da Federação dos Trabalhadores da Saúde do Estado de São Paulo

Em se tratando de ambiente de trabalho saudável, quero apresentar um conceito que para mim é novo e muito me acrescenta: Constelação Organizacional, uma técnica desenvolvida por um psicoterapeuta alemão chamado Bert Hellinger, que se baseia em três princípios básicos: Ordem de Precedência, Pertencimento e Equilíbrio entre Dar e Receber.

Ordem de Precedência: é a posição em que o funcionário ocupa na empresa (exemplo: chefe e subordinado) e principalmente a ordem de precedência, ou seja, quem veio primeiro tem mais “força” que os outros, independente da função hierárquica ocupada.

Pertencimento: todos, dentro do sistema de trabalho possuem o direito de pertencer, cada um em sua função (não pode haver exclusão).

Equilíbrio entre Dar e Receber: em todas as relações, o equilíbrio de dar e receber não pode ser quebrado. O funcionamento de um sistema fica afetado se não existir um equilíbrio entre o dar e o receber. Sempre que alguém recebe mais ou menos do que o devido, temos uma dificuldade que clama a volta do equilíbrio. Se alguém recebe pouco pelo muito que está dando baixará seu desempenho em “dar”, visando novamente a um equilíbrio.

Bert Hellinger ao escrever sobre suas observações nos presenteia com o livro “Ordens do Amor”,

que são os princípios básicos que regem as Constelações Familiares, cujo objetivo é colocar o sistema em ordem e que por sua vez se encaixa também na Constelação Organizacional:

O comando de quem ocupa a última posição é particularmente eficaz, desde que tal chefe saiba como proceder. Aquele que dirige se mantendo na posição de último ganha todos para si, porque respeita a hierarquia.”

nesta hierarquia e pode fazê-lo facilmente se entender sua função como prestação de um serviço ao grupo. O comando de quem ocupa a última posição é particularmente eficaz, desde que tal chefe saiba como proceder. Aquele que dirige se mantendo na posição de último ganha todos para si, porque respeita a hierarquia. Precisa, portanto, presidir e dirigir como se fosse o último.”

Achei pertinente esta técnica, porque dentro de ambientes de saúde existe o estresse natural e a atuação de equipes multidisciplinares, onde se cada um souber sua função e executá-la de maneira a respeitar estes princípios, a preservação da saúde e do ambiente saudável acontecerá. Teremos menos funcionários acumulando funções, menos funcionários doentes por estresse ou fadiga, menos afastamentos e teremos o livre fluxo de energia saudável circulando e fluindo.



Os números da crise econômica e do movimento sindical afetam a classe trabalhadora

por Henrique Rodrigues

A crise na saúde e no movimento sindical nos últimos anos também foi o principal assunto debatido no 17º Encontro Paulista da Saúde. A função de mostrar os números desta crise foi do economista e técnico do Departamento Inter-sindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese) - Subseção da Federação dos Trabalhadores da Saúde do Estado de São Paulo, Luiz Fernando Rosa.

O economista citou números do desemprego em alta (14,8% em São Paulo), apontou a inflação galopante (10,33% em 12 meses), a queda do rendimento médio do trabalhador, a queda nos ganhos reais nas negociações salariais, entre outros fatores que apontam um cenário assustador no mercado de trabalho.

“Estamos caminhando a passos largos para uma crise social”, apontou Luiz Fernando. Portanto, o ano de 2016, segundo ele, exige uma postura profissional dos sindicatos e dos trabalhadores para enfrentar o negociador patronal e conseguir atender aos anseios da categoria. Ele ressalta que o País

vive uma crise complicada, mas que um elemento novo torna a situação ainda pior: a crise moral, que afeta as instituições e respinga nos sindicatos. “Diante da sociedade, ficamos queimados”, avaliou. Para ele, antes de partir para qualquer negociação é preciso “negociar entre nós”, isto é, ver quais bandeiras e quais as prioridades da categoria. Ele também recomenda o envolvimento da sociedade como forma de valorizar a campanha salarial.

“Já faz algum tempo que os sindicatos sofrem de uma crise de representação. As mudanças culturais das últimas décadas e o aumento de um perfil individualista dos trabalhadores trouxeram maiores dificuldades no diálogo entre o trabalhador e os sindicatos”, ressalta Luiz Fernando.

O economista afirma que a união dos trabalhadores com o movimento sindical será fundamental para superar a crise. “Os trabalhadores devem se aproximar de seus sindicatos. Ao fazê-lo, fortalecem a representatividade e legitimidade da instituição. Com mais legitimidade, os sindicatos terão maiores condições de defender as categorias que representam, sobretudo neste momento difícil”, conclui.



“Com mais legitimidade, os sindicatos terão maiores condições de defender as categorias que representam.”

Luiz Fernando Rosa

eSocial chega para proteger trabalhador

por Gabriela Rodrigues e Vera Bison

Unificar o envio de informações referentes aos trabalhadores das empresas é o objetivo eSocial, o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas, que o Governo Federal implanta, juntamente com Receita Federal, Ministério do Trabalho, INSS e Caixa Econômica Federal. Seu principal objetivo é reunir em uma única plataforma o envio de informações pelo empregador em relação aos seus empregados.

Estão incluídos no programa a entrega de todas as declarações, resumos para recolhimento de tributos oriundos da relação trabalhista e previdenciária, bem como informações relevantes acerca do contrato de trabalho do funcionário, além de maior controle sobre informações referentes a saúde e segurança no ambiente de trabalho. Com isto, é esperado garantir aos trabalhadores o correto cumprimento das leis trabalhistas e previdenciárias. De forma bem objetiva, o eSocial, que entra em vigor em 2017, é um dos componentes de um grande projeto do Governo Federal para criar um banco de dados a partir do qual o Fisco pode fazer um cruzamento total das informações dos contribuintes e a relação entre eles. Com isto, o governo completa um ciclo que lhe permitirá melhorar a fiscalização e evitar sonegação de impostos, de direitos previdenciários e trabalhistas, de acidentes de trabalho, entre outros.

O eSocial permitirá ao empregador atuar com maior transparência e segurança jurídica, evitando assim passivos fiscais e trabalhistas desnecessários; os serviços dedicados aos trabalhadores serão aprimorados para que

estes possam gozar de seus direitos trabalhistas e previdenciários com segurança, pois haverá maior dificuldade para o cometimento de fraudes contra o sistema previdenciário e trabalhista brasileiro, que prejudicam o trabalhador e toda a sociedade.

Um assunto bastante polêmico, que ainda gera muitas dúvidas e preocupações, levou o médico sanitário e do Trabalho, Koshiro Otani, a debater com sindicalistas no 17º Encontro Paulista da Saúde, realizado em novembro, na Praia Grande, e explicar a importância do eSocial, em especial para a categoria da saúde. Segundo ele, o programa vai propiciar um ambiente virtual que protege os direitos dos trabalhadores. “Informações que antes ficavam isoladas em sistemas distintos, agora ficarão disponíveis on-line para diferentes órgãos do governo, como Ministério do Trabalho e Emprego, Receita Federal, INSS e Ministério da Previdência”, explica. “O objetivo deste novo sistema é garantir o direito dos trabalhadores, melhorar o ambiente de trabalho da empresa e melhorar a qualidade das informações”, completa.

O eSocial tem como objetivo reduzir a burocracia, unificando os dados numa mesma plataforma e não cria nenhuma nova obrigação fiscal. Apesar de a promessa ser esta, os empregadores estão com muitas dúvidas e não há suporte necessário para saná-las. O senhor acredita que o eSocial irá realmente desburocratizar esta área?

Otani - Com efeito. Trata-se de um sistema que não faz mudanças na legislação, mas cria um ambiente virtual em que informações que

antes ficavam isoladas em sistemas distintos ou dependiam de fiscalização passarão a ficar disponíveis on-line para diferentes órgãos do governo, como o Ministério do Trabalho e Emprego, a Receita Federal, o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e o Ministério da Previdência. A unificação dos procedimentos dos ministérios levará à desburocratização governamental.

Pela percepção do senhor, qual tem sido a maior dificuldade na implementação deste sistema até agora?

Otani - É adequação ao novo sistema, pois ele exige a cooperação de diversas áreas, como parte de um esforço multidisciplinar dentro das organizações e exige uma mudança cultural e de adaptação de processos internos. Torna-se necessário que empresas e organizações se preparem para o eSocial sob pena de serem alvos de aplicação de penalidades por conta de erros no fornecimento da informação.

Há um canal específico para que os empregadores tirem suas dúvidas?

Otani - Ainda não, porque a obrigatoriedade da sua implantação segue um cronograma. A partir de 2017, todas as empresas deverão acessar o sistema. Espera-se que o governo



“O objetivo deste novo sistema é garantir o direito dos trabalhadores, melhorar o ambiente de trabalho da empresa e a qualidade das informações.”

Koshiro Otani

capacite suas agências para melhor orientar os usuários do sistema.

De que forma a implantação total deste sistema irá melhorar a gestão de uma empresa?

Otani - O eSocial deverá provocar a integração entre os setores de uma empresa. Obrigatoriamente, o RH deverá conversar com a contabilidade, com o Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho (SESMT) e com o jurídico da empresa. Outra expectativa é que o eSocial elimine alguns documentos atualmente exigidos, entre eles, o Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP),

a Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT), além de tornar mais ágil as informações relativas às questões de saúde e trabalho. Dos 160 campos a serem preenchidos em um só formulário sobre 44 diferentes “eventos”, pelo menos sete estão ligados à saúde e segurança do trabalho. Ademais, o Ministério do Trabalho tem a capacidade, hoje, de fiscalizar apenas 4% das empresas em regime CLT. Com a presença da Receita Federal (se tem alguma coisa que funciona bem neste País é a Receita Federal) há grandes expectativas de, junto com a finalidade arrecadatória do sistema, de que possa melhorar a gestão da empresa no campo da saúde do trabalhador.

A importância do eSocial para empresas e trabalhadores

Por Paulo Pimentel

Presidente do Sindicato da Saúde de Santos e Região, filiado à Federação dos Trabalhadores da Saúde do Estado de São Paulo

A legislação vem tentando equilibrar as forças com leis trabalhistas que nem sempre cumprem o que propõem. A lei dos empregados domésticos, por exemplo, teve a intenção de disciplinar as relações num grupo marginalizado em função da dificuldade de fiscalização, mas o que se viu é que muitas domésticas simplesmente perderam o emprego ou foram realocadas em cooperativas e empresas de terceirização de mão de obra que operam rodízios não alcançados pela lei, piorando a situação.

Sempre escutei que “as leis no Brasil são boas, o que acontece é que não são seguidas”. Pois bem, agora vem o eSocial, que tem o poder de fechar o cerco e fazer valer o que a lei propõe. Se aplicado corretamente ajudará o trabalhador, visto que as informações sobre o ambiente em que labora estarão pormenorizadamente descritas, porque, historicamente, o empregado, principalmente o de baixa qualificação, tem sido o elo fraco nas relações empresariais, o que explica, pelo menos em parte, porque a legislação trabalhista que é tão paternalista. A integração da folha de pagamento ao Sistema Público de Escrituração Digital (Sped) que já contempla a emissão de notas fiscais, entre outros módulos, permitirá ao governo cruzar as informações de praticamente todas as dimensões da operação empresarial. A partir de agora todas as transações da empresa, inclusive as operações com folha de pagamento dos funcionários se integrarão numa grande rede de informação que permitirá ao Fisco acompanhar, em tempo real, todas as operações da empresa.

Um efeito colateral do eSocial, contudo, será sentido nas relações entre empregados e empregadores. Até agora, se um emprega-

do desejava sair de férias na semana seguinte porque ganhou uma viagem

num sorteio, poderia negociar com seu chefe e arranjava-se tudo com uma notificação de férias feita com data retroativa. Isso acabava. O aviso de férias deverá ser dado com antecedência de 30 dias diretamente no site do eSocial, o que inviabilizará avisos retroativos. O lado bom é que antes o empregador também podia impor as férias para o dia seguinte, se isso lhe fosse conveniente, usando o mesmo artifício de aviso retroativo – e isso também acaba.

O programa também trará maior clareza quanto aonexo causal dos acidentes de trabalho ou adoecimento profissional, pois a informação do risco ambiental é prévia; a comparação da evolução do adoecimento laboral é simultânea e as informações podem ser cruzadas. Realmente, se cumprido, o programa acabará com muitas informações obscuras. Vais exigir que todos os eventos relacionados com a folha de pagamento, desde a admissão do funcionário até a sua demissão, sejam notificados nos prazos legais e pelo sistema eletrônico. Acabam-se os registros retroativos e os acertos feitos a posteriori, salvo algumas exceções previstas pela norma que visam a dar flexibilidade às poucas operações em que ela é necessária (acertos de ponto de equipes externas, por exemplo).

No geral, o que o eSocial promove é a real aplicação das leis no Brasil. Afinal, para ter uma sociedade justa e bem organizada, as leis



Sindicalistas debatem financiamento sindical em audiência pública na Alesp

por Vera Bison

Debater o financiamento sindical e elaborar um projeto de lei que resolva em definitivo a regulamentação das contribuições aos sindicatos foi o objetivo da audiência pública da Comissão Especial criada na Câmara dos Deputados, realizada na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp).

A audiência, que aconteceu no dia 30 de novembro do ano passado, foi a primeira a ser realizada fora de Brasília e contou com a presença do presidente paulista da União Geral dos Trabalhadores (UGT), deputado federal Luiz Carlos Motta e do vice-presidente Roberto Santiago. A Federação dos Trabalhadores da Saúde do Estado de São Paulo também se fez presente com o presidente da entidade, Edison Laércio de Oliveira, juntamente com João do Nascimento Carvalho, vice-presidente do Sindicato da Saúde de Presidente Prudente; Luiz Carlos Vergara, vice-presidente do Sindicato da Saúde de Franca; e com os diretores do Sindicato

da Saúde de Campinas Rui Orrico da Silva, Eliana Maria Sabino e Rodrigo Donisete Alves (região de Araraquara); e Valdir de Marchi (região de Indaiatuba).

O presidente da Comissão Especial, deputado Paulo Pereira da Silva (Solidariedade-SP), o Paulinho da Força, acredita que pode formular uma lei, que tenha a aprovação dos trabalhadores e que visa garantir o aumento da representatividade e o poder do movimento sindical. Ele ficou satisfeito com a participação maciça de centenas de dirigentes sindicais de diferentes categorias, visto que esta foi a primeira audiência que acontece fora de Brasília. Além de sindicalistas, a Comissão ouviu também a opinião de representantes do Ministério Público do Trabalho, da Justiça do Trabalho e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Na audiência, o vice-presidente da UGT, deputado federal Roberto Santiago, fez um resgate histórico da luta do movimento sindical ao longo dos anos. Relembrou como a classe



O Ministério Público do Trabalho e o Estado brasileiro não vão preencher a lacuna que o movimento sindical ocupa, por isso eles precisam ter mais compreensão e ver de perto o que as entidades sindicais fazem pelos trabalhadores.”

Deputado federal Roberto Santiago
Vice-presidente da UGT

trabalhadora se organizou a partir da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e como em 1988 o movimento conquistou a liberdade e a autonomia sindical, o que ajudou a organizar o sindicalismo de maneira mais ideológica, mas abriu espaço para a entrada de aproveitadores. Muito aplaudido, Santiago, em seu discurso, enfatizou que a organização da classe trabalhadora é um movimento assistencialista, que disponibiliza para o trabalhador serviços advocatícios, médicos, odontológicos, assim como colônias de férias, clubes de campo e muito mais. “O Ministério Público do Trabalho e o Estado brasileiro não vão preencher a lacuna que o movimento sindical ocupa, por isso eles precisam ter mais compreensão e ver de perto o que as entidades sindicais fazem pelos trabalhadores.” Santiago tem clara convicção de que neste momento não se deve mexer na contribuição sindical, pois é inadmissível que, de uma hora para outra, se quebre um sistema que já está constituído e enfraqueça toda a estrutura sindical. “Este é um momento difícil, por isso precisamos ter muita clareza do que quere-



Agora cabe ao movimento sindical elaborar uma proposta que contemple as suas expectativas de forma a atender às necessidades dos sindicatos.”

**Edison Laércio de Oliveira
Presidente da Federação dos Trabalhadores
da Saúde do Estado de São Paulo**

mos para fazer proposta no Parlamento e na sociedade, visando esclarecer que também não concordamos com esculhambações. O Ministério Público nos fala onde estão os bandidos e nós vamos ajudar a tirá-los do mundo sindical. Mas o que não pode continuar é pegar um sindicato, que está trabalhando firmemente, que tem prédios inteiros de clínicas para atender os trabalhadores e provocar um desmonte disto. Isto é prejuízo para a classe trabalhadora”, conclui. Edison Oliveira, presidente da Federação dos Trabalhadores da Saúde do Estado de São Paulo, saiu da audiência otimista com o resultado dos debates. “Foram produtivos. Agora cabe ao movimento sindical elaborar uma proposta que contemple as suas expectativas de forma a atender às necessidades dos sindicatos, que batalham para que não haja um verdadeiro desmonte do sistema de representação dos trabalhadores brasileiros”, diz, alertando os dirigentes sindicais quanto à necessidade de se fazerem presentes em atividades convocadas para este fim, dada a sua importância para a classe trabalhadora, bem como para o fortalecimento da estrutura sindical.

Pilantroduto ou Operação Caça-rato?

Por **Erivelto Corrêa Araújo**

Presidente do Sindicato da Saúde de Araçatuba e Região e 2º vice-presidente da Federação dos Trabalhadores da Saúde do Estado de São Paulo

Sempre que a Polícia Federal e/ou Ministério Público deflagra uma operação (procedimento) para investigar corrupção, desvio de dinheiro público e outras coisinhas mais, eles batizam ou criam um nome fantasia para a operação: Mensalão, Valerioduto, Zelotis e a famosa Operação Lava-Jato. Coincidência de nomes ou não, porém seguindo a trilha, estamos simplesmente “sugerindo” que as autoridades competentes investiguem a real destinação do dinheiro público, repassado para as instituições ditas filantrópicas (Santas Casas e outras) a título de auxílio, subvenção, subsídio, para construção, reformas, equipamentos, etc., cuja operação pode ser chamada de Pilantraduto ou Operação Caça-rato.

Vocês se lembram do Valerioduto? Era o canal (duto) de escoamento do dinheiro do Mensalão (banqueiro Marcos Valério) e Lava-Jato (sistema de lavagem rápida e gigante de dinheiro da Petrobras), então Pilantraduto ou Pilantraduto é o canal de captação e desvio de dinheiro público entregue de mão beijada para as filantrópicas ou pilantrópicas, e Operação Caça-rato é para pegar a turma que está deitando e rolando em cima deste dinheiro. E a saúde? A importante filantropia na verdade está sendo erroneamente interpretada pela imensa rede hospitalar que costumeiramente utiliza de forma escancarada o dinheiro que vem do governo. Aliás, este dinheiro é nosso, que pagamos impostos mais caros do mundo. Por isso, a tão necessária reciprocidade deveria ser encarada com mais responsabilidade.

Prestem atenção: será mera coincidência que quando de construções ou reformas nessas

instituições o período coincide com construção ou compra de imóveis (particulares) por membros da diretoria (provedores, tesoureiros ou seus parentes: filhos, irmãos, cunhados, etc.), ora

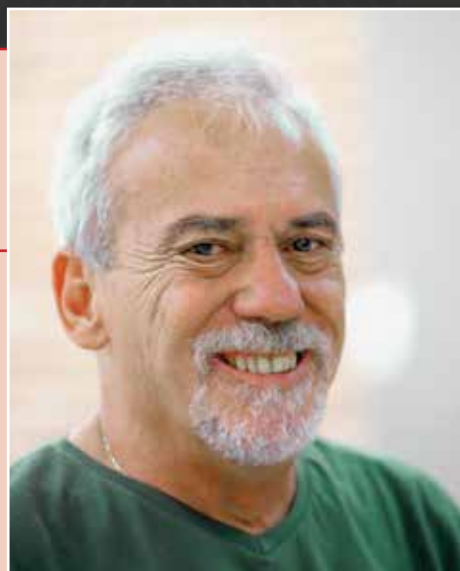
clínicas para filhas, ora escritórios de advocacia para filhos ou outros “aproximados”. Será mera coincidência? A origem e o ideal da filantropia são maravilhosos, tipo fazer o bem sem olhar a quem; ajudar e socorrer os mais necessitados, isso quando

da fundação destas instituições, principalmente as Santas Casas, porém, atualmente, muitas estão sob o domínio dos falsos filantropos. Para ser mais exato estão nas mãos dos “pilantrópos”, que estão em busca de benefícios próprios, normalmente usando laranjas, além de “empoleirarem” parentes e amigos dentro da empresa e sempre em cargos de chefia, ou seja, bons cargos e salários. Afinal de contas nestes casos vale o provérbio: “Para os amigos tudo...”

É a saúde? A deles, com certeza, vai muito bem. Eis aí o suprassumo da mamata, pega-se dinheiro público, constrói, equipa, desvia e ainda vende o serviço para o governo (SUS), ou seja, nós pagamos em dobro pelo atendimento.

É necessária urgentemente uma vigília pela dignidade. Do jeito que está não há filantropia e sim uma “pilantrópia” generalizada.

Portanto que tal uma Operação Caça-rato neles?



“Aliás, este dinheiro é nosso, que pagamos os impostos mais caros do mundo. Por isso, a tão necessária reciprocidade deveria ser encarada com mais responsabilidade.”



O MOVIMENTO SINDICAL É A **ÚNICA ARMA** DO TRABALHADOR CONTRA O ABUSO

por Henrique Rodrigues

Os sindicatos são importantes organizações que foram criadas da democracia para representar os interesses dos trabalhadores. Seu objetivo é compensar o poder dos empregadores na relação contratual sempre desigual e reconhecidamente conflituosa entre capital e trabalho.

Mas a crise econômica no Brasil é uma dura realidade, que atinge milhões de brasileiros. Inflação, desemprego, taxas altas, corte de gastos, são algumas características muito comuns na crise do País e vêm atingindo em cheio o bolso do brasileiro. Se o trabalhador é prejudicado por esta situação difícil, conseqüentemente, o movimento sindical também se enfraquece.

As mudanças culturais das últimas décadas e o aumento do individualismo trouxeram maiores dificuldades no diálogo entre trabalhador e sindicatos. Isto intensifica ainda mais a crise da economia, pois o trabalhador é obrigado a aceitar as exigências dos patrões sem diálogo.

Para o professor Mario Ladosky, doutor em sociologia e professor da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), os sindicatos perderam mundialmente uma parte de seu papel de regulação e conquista de direitos para os trabalhadores após as medidas neoliberais, que começaram na Inglaterra de Margaret Thatcher

na década de 80. “A partir deste período, o movimento sindical passou a ser combatido ideologicamente e uma nova geração de trabalhadores é disputada por valores individualistas, aquela que se dedica integralmente ao que o empregador exige: ‘vestir a camisa’ da empresa”, destaca.

Entretanto, o professor acredita que este processo foi diferente no Brasil, pois o “capitalismo brasileiro” nunca ofereceu aos trabalhadores as mesmas garantias de acesso ao consumo, nem a mesma qualidade de direitos sociais que

européus e estadunidenses desfrutam.

“Nosso capitalismo sempre foi periférico. Na divisão internacional do trabalho, cabia às filiais das grandes empresas multinacionais aqui e em outros países do então chamado ‘terceiro mundo’ sustentar o padrão capitalista dos países centrais com uma taxa maior de exploração sobre os trabalhadores para enviar remessas de lucros para suas matrizes”, ressalta o professor.

Já, a pesquisadora e colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do IFCH/Unicamp, docente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Saúde da Umesp, Luci Praun, explica que as medidas neoliberais em países como Inglaterra e EUA são parte de um mesmo processo com repercussão global, que também



O impacto disso tudo é grande e perverso já que amplia ainda mais a fragmentação das antigas categorias profissionais, ‘quebrando’ os pisos salariais e direitos conquistados.”

Luci Praun,
pesquisadora da Unicamp em sociologia

influenciaram o Brasil. “O que aconteceu nos anos 80 é a reação do capital à sua própria crise, cuja superação pressupôs dismantelar o poder de organização e pressão adquiridos pelos trabalhadores e suas entidades representativas nas décadas anteriores.”

Praun cita a Lei de Terceirização (4.330/2004), aprovada na Câmara em 2015, e acredita que a legislação faz parte de uma tendência global de precarização do trabalho. “Esta lei propõe corroer progressivamente os direitos e as garantias conquistados pelos trabalhadores e trabalhadoras ao longo do século passado. Este processo articula a superexploração do trabalho nos diferentes cantos do mundo e setores da economia, mesmo que por meio de formas distintas”, ressalta.

“O impacto disso tudo é grande e perverso

já que amplia ainda mais a fragmentação das antigas categorias profissionais, ‘quebrando’ os pisos salariais e os direitos conquistados, assim como dificulta ainda mais a capacidade de organização e reação dos sindicatos”, completa Praun.

Para diminuir os efeitos da crise, a professora acredita que os sindicatos necessitam fortalecer os laços de solidariedade e resgatar o sentido de pertencimento de classe dos trabalhadores. “É necessário romper com a fragmentação imposta pelo capital à classe trabalhadora, construindo uma unidade que vá além da velha representação das antigas categorias. É fundamental resgatar a noção de pertencimento de classe, rompendo com a lógica concorrencial imposta aos trabalhadores e muitas vezes assimilada por parte dos sindicatos”, finaliza Praun.

Nota Técnica 151

Em novembro do ano passado, o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese) publicou a Nota Técnica 151 com o objetivo de reforçar a importância da organização sindical.

“No Brasil, os sindicatos são atores sociais que reivindicam e organizam a classe trabalhadora no contexto de uma democracia representativa. Nas últimas décadas, o movimento sindical, além da organização e defesa dos direitos da classe trabalhadora, exerceu um importante papel na vida política nacional, como no combate à ditadura e na luta pela

redemocratização do País”, afirma o texto do Dieese.

O documento frisa que o sindicato é a única instituição que atua para assegurar o cumprimento dos direitos trabalhistas, que são constantemente desrespeitados, e denuncia os abusos cometidos pelos empregadores. “No contato cotidiano com os trabalhadores, o sindicato toma conhecimento das circunstâncias e das ocorrências que ferem a lei e os acordos e as convenções coletivas e que desrespeitam direitos garantidos após intensas lutas dos trabalhadores.”



Movimento sindical e sua importância para o desenvolvimento econômico e social do País

Por Leide Mengatti

Presidente do Sindicato da Saúde de Campinas e Região e diretora de Relações Intersindicais da Federação dos Trabalhadores da saúde do estado de São Paulo

As organizações de trabalhadores têm sido desde o século 20 uma poderosa ferramenta de transformação social no Brasil. Lutando por direitos para a categoria ou debatendo questões mais amplas da sociedade, os sindicatos marcaram a história do País com conquistas que vão da CLT até a política de valorização da categoria trabalhadora.

Este processo de luta continua nas campanhas salariais, quando as centrais sindicais buscam diálogo com patrões e governos para viabilizar uma pauta de reivindicações que inclui, entre outros pontos, a redução da jornada de trabalho e aumento real de salários.

O movimento sindical é crucial para a organização dos trabalhadores e a construção de um processo democrático. Quanto mais organização, mais democracia política e mais capacidade têm os trabalhadores de se mobilizar para garantir seus direitos e, consequentemente, contribuir para uma sociedade mais justa.

Se dermos um giro pela história, percebemos que a luta dos trabalhadores no Brasil iniciou com os imigrantes, que já possuíam consciência de luta e histórico de organização em seus países de origem. O primeiro partido operário brasileiro foi fundado por socialistas em 1890.

Em 1906, com a realização do 1º Congresso Operário Brasileiro no Rio de Janeiro, surgia a primeira entidade operária nacional, a Confederação Operária Brasileira. Anos depois, a crise gerada pela Primeira Guerra Mundial (1914-1918) desencadeou várias greves entre 1917 e 1920 e o movimento sindical sofreu mudança com a Revolução de 1930 e a chegada de Getúlio Vargas ao poder, que impulsionou a industrialização do País e levou a conquistas importantes, como a criação do Ministério do Trabalho, da Justiça do Trabalho, da CLT, jornada de oito horas, regulamentação do trabalho da mulher e direito a férias. Por outro lado, criou leis que levaram a um atrelamento da estrutura sindical e perseguiu lideranças que se opuseram a seu

governo.

Com o golpe de 1964, a classe trabalhadora

sofreu intensa repressão. Organização e manifestação política foram vetadas, criando uma nova política de arrocho salarial e a lei antigreve. Centenas de entidades sindicais foram ocupadas por militares, que destituíram, prenderam lideranças e nomearam interventores. O Sinsaúde Campinas e Região foi uma das que sofreram intervenção do governo. O movimento sindical perdeu força, assim como outras organizações e manifestações políticas e culturais que atuavam pela democracia e pelos direitos dos trabalhadores. O golpe tinha em si um projeto econômico concentrador de renda e precisava atingir o movimento sindical, que lutava por distribuição de renda e melhores condições de vida.

Hoje, o movimento sindical mudou. Muitos trabalhadores deixaram de se organizar devido a pressão patronal, questões culturais e alienação. Num mundo tão individualista não é simples mobilizar as pessoas, pois não somos estimulados a buscar soluções coletivas. Diante deste quadro, onde entidades sindicais, partidos políticos e organizações sociais perderam o prestígio, qual deve ser o papel das lideranças sindicais ou demais organizações? A resposta não é simples. Antes de tudo, temos que compreender o que os nossos representados pensam e esperam do sindicato. Qual os problemas que os afligem, porque, às vezes, o que é prioritário para um trabalhador, não é para outro, portanto, devemos estar atentos aos anseios de cada um, tornando coletivo o que parece ser individual. A importância do movimento está exatamente nisso. Sem ele, as dificuldades sociais seriam maiores e o poder econômico das categorias menores.





DIRIGENTES SINDICAIS DA SAÚDE SE MOBILIZAM POR UNIFICAÇÃO DE DIREITOS

por Henrique Rodrigues

A data-base é a época do ano em que trabalhadores, sindicalistas e empregadores se reúnem para celebrar o Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho. Trata-se de um instrumento jurídico que dá aos trabalhadores a possibilidade de reposição salarial.

Entretanto, a inexistência de uma regulamentação para negociar reajustes salariais, condições de trabalho e benefícios prejudica os trabalhadores da área da saúde. Por isso, uma das principais bandeiras da Federação dos Trabalhadores da Saúde do Estado de São Paulo é a unificação da data-base, que irá possibilitar que a categoria passe a lutar por campanhas salariais de forma conjunta e organizada em todo o Estado de São Paulo, o que representa cerca de 600 mil trabalhadores unidos e mobilizados pelo direito de evoluir.

A unificação da pauta de reivindicações foi proposta no 17º Encontro Paulista da Saúde, em novembro do ano passado, durante encontro com advogados do setor, e foi novamente debatida no 1º Workshop de Organização Sindical, promovido pela Federação dos Trabalhadores da Saúde do Estado de São Paulo, nos dias 17, 18, 19 e 20 de fevereiro, em Nazaré Paulista, cujo tema foi “Pauta Unificada de Reivindicações”.

Nesse workshop, especialistas falaram sobre o tema e deram diretrizes de como avançar nesta unificação. O presidente da Federação, Edison Laércio de Oliveira, informou no encontro realizado na cidade de Bauru em dezembro do ano passado com os dirigentes sindicais da



saúde do Estado de São Paulo que o economista do Dieese, Luiz Fernando Rosa, já reuniu as principais cláusulas de todas as negociações dos sindicatos filiados à Federação para nortear a proposta de pauta única.

Para Edison Oliveira, o objetivo da Federação com a unificação da pauta é selecionar cláusulas que já estão em vigor em alguns sindicatos e que podem ser reproduzidas em todo o Estado paulista. “Vamos agregar as reivindicações, pois a unificação da pauta será fundamental para que todos os sindicatos tenham metas específicas nas negociações com os empresários de saúde. Isto vai possibilitar que o movimento sindical organize melhor suas pautas, mobilize mais trabalhadores, aumentando as chances de conquistar melhores resultados”, sentença o presidente.



PAUTA UNIFICADA EM DEBATE

UNIFICAÇÃO DE CLÁUSULAS PROPOSTA NO ENCONTRO PAULISTA DA SAÚDE É DISCUTIDA EM WORKSHOP E A PRIMEIRA VISANDO À ORGANIZAÇÃO SINDICAL

por Paulo Grange e Vera Bison

Começam a se materializar as decisões tomadas no 17º Encontro Paulista da Saúde, ocorrido em novembro de 2015, com a realização do 1º Workshop Paulista de Organização Sindical, promovido pela Federação dos Trabalhadores da saúde do Estado de São Paulo nos dias 17 a 20 de fevereiro em Nazaré Paulista, com a presença de cerca de 300 dirigentes sindicais dos seus 13 sindicatos filiados.

O objetivo do encontro, além de fortalecer os dirigentes sindicais para as negociações cole-

tivas que estão enfrentando ou vão enfrentar em 2016, foi discutir a pauta de reivindicações unificada para a categoria da saúde no Estado de São Paulo. “Para nós, trabalhadores da saúde, é importante a unificação de uma pauta de reivindicações, assim como a unificação da data-base, pois serão 600 mil trabalhadores lutando juntos por uma mesma causa e isto fortalece a negociação”, destaca o presidente da Federação, Edison Laércio de Oliveira. Para conseguir uma pauta de reivindicações unificada, o economista Luiz Fernando Rosa,

“Para nós, trabalhadores da saúde, é importante a unificação de uma pauta de reivindicações, assim como a unificação da data-base, pois serão 600 mil trabalhadores lutando juntos por uma mesma causa e isto fortalece a negociação.”

Edison Laércio de Oliveira





“A crise política é preocupante não só para o governo, mas também para os sindicatos. O número de deputados que representa os trabalhadores em Brasília é a menor dos últimos tempos.”

José Roberto Sodero

do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) - subseção da Federação, fez uma compilação das principais cláusulas de todas as negociações dos sindicatos para nortear a proposta de pauta única, que no total são 25 patronais, e reuniu as mais benéficas para os trabalhadores.

Qualidade e resultados na negociação

O advogado José Roberto Sodero Victório, um dos palestrantes no evento, lembra que

o desde 1994, o sistema afastou as pessoas da organização sindical, “tornando-as mais individualistas” e, após 20 anos de estabilidade econômica, a crise atual volta à cena e inviabiliza novamente a união entre os trabalhadores e sindicato, dificultando as negociações em um dissídio coletivo. “Diante deste cenário, para buscar resultados, os sindicatos têm que estar unidos e seguros daquilo que estão negociando e convencer os empresários de que todos vão ganhar”, diz.



Aprender e se fortalecer

Os dirigentes sindicais presentes no Encontro Paulista da Saúde saíram fortalecidos com os ensinamentos passados pelos palestrantes. Tiveram também a oportunidade de debater com os especialistas e aprofundar ainda mais as formas de ações para fazer uma negociação com empresários, visando resultados que atendam à categoria da saúde, mesmo com a crise que assola o País.



Delegação de Jau



Delegação de Sorocaba



Delegação de Rio Claro



Delegação de Piracicaba



Delegação de Franca



Delegação de Araçatuba



Delegação de Campinas



Workshop regional

Para fortalecer os dirigentes sindicais para obter bons resultados durante a negociação da pauta de reivindicações unificada, a Federação iniciou uma maratona de debates em todas as cidades-base dos sindicatos da Saúde, denominado Workshop Regional, que começou em Presidente Prudente em 1º de março e termina em Santos no dia 30 de março.

Encontro em Jaú

A unificação da pauta também foi tema de discussão no Encontro Anual da Federação, que, em 2015, aconteceu em Jaú no dia 11 de dezembro, que reuniu sindicalistas que

representam mais de 600 mil trabalhadores no Estado de São Paulo, para analisarem os assuntos que fazem parte da Carta de São Paulo (documento do 17º Encontro Paulista da Saúde, realizado em novembro do ano passado). Na ocasião, o presidente da Federação paulista da Saúde, Edison Laércio de Oliveira, falou da importância de preparar os dirigentes sindicais para promover uma boa negociação da pauta de reivindicações. “Temos a previsão de que teremos um ano muito mais difícil na economia, na política e na estrutura do País como um todo, em 2016, por isto precisamos estar preparados trabalhar e defender nossos representados.”





Delegação de Santos



Delegação de Bauru



Delegação de São José dos Campos



Delegação de Presidente Prudente





COLAPSO NA SAÚDE MENTAL

É DEBATIDO COM AUTORIDADES ESTADUAIS DA SAÚDE

por Vera Bison

Para discutir ações que preservem o emprego dos profissionais e o direito à saúde dos pacientes de hospitais psiquiátricos e buscar alternativas para que estas entidades tenham mais recursos para continuar atendendo pessoas acometidas de transtorno mental foi a pauta da audiência entre representantes da Federação dos Trabalhadores da Saúde do Estado de São Paulo e Secretaria de Estado da Saúde, realizada no dia 17 de fevereiro, às 14 horas, na própria Secretaria de Saúde, em São Paulo.

Pela Secretaria de Saúde estavam presentes o secretário ajunto da Saúde, Wilson Pollara; a coordenadora de Saúde Mental, Rosângela Elias; e assistente da CRS, Suely Valim; pela Federação Luiz Vergara, Paulo Pimentel e Milton Sanches, além do diretor do Sins Saúde Campinas e Região, Roberto Resende.

Durante o encontro foi apresentada uma proposta de parceria desenvolvida pela Pró-Saúde Mental e apoiada pelo Sindicato dos Hospitais, Clínicas, Casas de Saúde, Laboratórios de Pesquisas e Análises Clínicas e Demais Estabelecimentos de Saúde do Estado de São Paulo (Sindhosp), pela Federação das Santas Casas e Hospitais Beneficentes do Estado de São Paulo (Fehosp) e Federação dos Trabalhadores da Saúde do Estado de São Paulo. “Proposta esta que os representantes da Secretaria de Saúde ficaram de analisar e, posteriormente, agendar outras reuniões, para dar prosseguimento ao assunto”, diz Luiz Carlos Vergara, que é assessor de Imprensa da Federação paulista da Saúde.

A reunião é o resultado do ofício que o presidente da Federação entregou ao governador no dia 16 de novembro durante um encontro na União Geral dos Trabalhadores (UGT). No documento, Edison Oliveira apresentou o cenário de alguns hospitais psiquiátricos no Estado,

que, em 2015, fecharam as portas por falta de recursos e mais de mil trabalhadores do setor perderam o emprego, sem contar que a população ficou sem 1.400 leitos somente no Estado de São Paulo.

Diante deste cenário, o governador Alckmin se comprometeu a estudar o assunto e incumbiu o deputado estadual Davi Zaia, presente no encontro, a organizar com urgência a reunião. Ocasão em que também estavam presentes o presidente nacional da UGT, Ricardo Patah; e o presidente da Federação dos Empregados no Comércio do Estado de São Paulo, Luiz Carlos Motta.

Cinco hospitais fecham as portas

Em Sorocaba, três hospitais foram fechados: Instituto André Teixeira Lima, desativando 400 leitos e desempregando 170 profissionais da saúde; Hospital Jardim das Acácias (mais conhecido como Hospital dos Insanos), outros 200 leitos e 200 trabalhadores demitidos; e, por fim, o Hospital Mental de Medicina Especializada, com mais 200 leitos fechados e 180 funcionários demitidos.



Em Araçatuba, as atividades do Hospital Benedita Fernandes encerraram no dia 30/11/2015. São 160 leitos a menos em saúde mental, sendo 150 leitos SUS e 10 particulares, além da demissão de 140 trabalhadores.

Em Presidente Prudente, o Hospital São João encerrou suas atividades dezembro de 2015, fechando 180 leitos e colocando na rua 89 trabalhadores. Já, o Sanatório Allan Kardec, localizado na mesma cidade, registra há tempos sérios problemas financeiros, que também podem levá-lo à falência.

Em Itapira, mais de 250 trabalhadores foram demitidos com o fechamento da Clínica Cristália, em dezembro de 2015, suspendendo atendimento a 240 pacientes.

Em Garça, o Hospital André Luiz, com capacidade de 200 leitos e 130 funcionários, também enfrenta dificuldades financeiras e ficou proibido de receber novos pacientes, depois que a Justiça emitiu cautelar impedindo internação até que o hospital apresentasse um laudo com as reformas solicitadas pelo Bombeiro. Um mês depois, o juiz cancelou a cautelar e o hospital voltou à normalidade.

Panorama da reforma psiquiátrica

A lei 10.216/2001, resultado de dez anos de luta social, instituiu a Reforma Psiquiátrica no Brasil como política de Estado, enfatizando a proteção e os direitos das pessoas com transtorno mental. A Federação dos Trabalhadores da Saúde do Estado de São Paulo vem há tempos

debatendo com as demais centrais sindicais a situação caótica em que se encontra a assistência à saúde mental no Brasil, destacando a precariedade dos hospitais psiquiátricos, tão necessários aos portadores de transtorno mental.

Os que atendem ao SUS estão padecendo com dívidas milionárias pelo não recebimento do pagamento por parte do governo e fechando as portas. O valor recebido é insuficiente e não cobre sequer os gastos básicos com o paciente. Em 21 anos, foram feitos apenas dois reajustes nos valores, o último em 2009. “Os hospitais psiquiátricos não podem deixar de existir, um paciente esquizofrênico em crise aguda precisa de um local adequado e administração correta de medicamentos até que o quadro seja estabilizado”, diz Luiz Carlos Vergara.

A política atual do governo pouco a pouco vai eliminando estes hospitais, sem perceber que as instituições são fundamentais para o tratamento de doentes mentais. “Não podemos mais nos calar diante de um problema tão complexo e urgente como este. Faz-se necessário manter hospitais psiquiátricos, com o número de leitos recomendados pela Organização Mundial de Saúde (OMS), com profissionais especializados, implantação de leitos em hospitais gerais, além de pronto-socorro especializado nas emergências para que, no mínimo, tratemos com dignidade pacientes com transtorno mental”, atesta o presidente da Federação Paulista da Saúde, Edison Laércio de Oliveira.



Os hospitais psiquiátricos não podem deixar de existir. Um paciente esquizofrênico em crise aguda precisa de um local adequado e administração correta de medicamentos...”

Luiz Carlos Vergara
Assessor de Comunicação da Federação
dos Trabalhadores da Saúde do Estado de
São Paulo

Hospitais psiquiátricos têm solução?

Por Milton Carlos Sanches

Presidente do Sindicato da Saúde de Sorocaba e Região e diretor de Assuntos Parlamentares da Federação dos Trabalhadores da Saúde do Estado de São Paulo

A crise que o Brasil vive chegou forte na saúde, que, aliás, nunca esteve bem. Ela passava pelas entidades filantrópicas como uma nuvem negra a assombrar estas entidades, que, além do financiamento escasso, tinham e têm que conviver com gestões desastrosas que, invariavelmente, as levam a um estado de falência total, levando o poder público a fazer intervenções caríssimas e sem ‘resolutividade’.

Mas com essas entidades já estávamos acostumados e preparados para o enfrentamento ou parcerias para não permitir que elas fechassem as portas, o que, infelizmente, nem sempre foi possível e muitas delas fecharam, trazendo prejuízos enormes para a população carente.

Mas o que não poderíamos imaginar era ver hospitais psiquiátricos fechando as portas por falta de recursos financeiros e colocando milhares de trabalhadores nas ruas e

transferindo pacientes que precisam de atendimento para outros hospitais ou encaminhando de volta para a família.

É bom lembrar que esses hospitais se arrastam há mais de 15 anos com falta de recursos, mas continuaram sobrevivendo, mas parece que os governantes não enxergam o problema de que pacientes com transtornos mentais precisam de atendimento especial e nem sempre podem viver em sociedade.

Temos exemplo também de hospitais particulares sólidos virem até o sindicato, propor redução de salário em torno de 30% sem nenhuma contrapartida, como a redução da carga horária, por exemplo, ou até mesmo o Programa de Proteção ao Emprego (PPE). Simplesmente alegam que é pela manutenção do emprego, mas antes de procurarem o sindicato já tinham aterrorizado os trabalhadores com o fantasma da demissão.

Um desses hospitais a que refiro é de uma Unimed bem sucedida, que ao sentir os ares de uma crise anunciada, vira sua metralhadora para o trabalhador, tentando reduzir as perdas de faturamentos, vindo com uma proposta absurda de redução de 30% nos salários dos trabalhadores.

Isso é apenas uma amostra do que iremos enfrentar este ano. Fica aqui uma alerta a todos os sindicatos da Saúde do Estado de São Paulo, pois se a moda pega, as dificuldades de uma boa negociação nesta campanha salarial será bastante complicada.



MOVIMENTO BOLSO LIVRE

MAIS BRASIL, MENOS IMPOSTO

por Henrique Rodrigues

Arrecadar R\$ 32 bilhões e amenizar a grave crise econômica no Brasil é a proposta do Governo Federal com a volta da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

Criada em 1997 e extinta em 2007, a CPMF nasceu para ser provisória. O imposto era cobrado sobre todas as movimentações financeiras de pessoas físicas, cerca de 0,38% da alíquota, e o dinheiro arrecadado era transferido diretamente para área da saúde. Ou seja, cada vez que alguém pagava algo com cheque ou fazia uma transferência de dinheiro, era cobrado o imposto.

No entanto, a nova cobrança da CPMF terá outros objetivos. Se antes o imposto era cobrado de pessoas físicas e o que era arrecadado ia diretamente para a saúde, agora será cobrado também de pessoas jurídicas (empresas) e será usado para aliviar o déficit das contas públicas.

A Federação dos Trabalhadores do Estado de

São Paulo é contra a volta do imposto e lança a campanha “Movimento Bolso Livre” nas redes sociais com a hashtag #CPMFnaoresolvecrise. Esta ação visa conscientizar o trabalhador sobre a ineficácia da volta do imposto para solucionar crise econômica (leia mais no quadro da página 46).

O professor do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (Ibmec-RJ), Nelson de Sousa, não acredita que a CPMF possa aliviar as contas públicas, pois o imposto irá afetar todo o setor produtivo. “Não vai solucionar, porque os problemas na economia brasileira são estruturais. O País não pode continuar gastando mais do que tem. Na primeira versão da CPMF, ainda se tinha a justificativa de que o imposto fosse para área da saúde e para outros fins sociais posteriormente, mas hoje não dá pra defender um imposto que propõe apenas minimizar a crise econômica”, ressalta o professor.

Sousa afirma ainda que o imposto não vai so-



mente pesar no bolso do cidadão comum, mas afetar toda a economia do País. “Quem compra medicamento será afetado, quem compra passagem aérea será afetado, quem compra insumos agrícolas será afetado. Ou seja, toda a sociedade e a cadeia produtiva serão prejudicadas com a volta do imposto”, explica.

Em janeiro, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e confederações empresariais lançaram manifesto contra a volta da CPMF. No documento, as entidades afirmam que o governo está transferindo para a sociedade e o setor produtivo o custo do ajuste fiscal. “O Brasil possui carga tributária das mais elevadas para países com a sua renda, que passa de 35% do Produto Interno Bruto (PIB). O aumento dos tributos, neste momento, repete a fórmula impeditiva do crescimento”, afirma o texto.

Falta de transparência

O documento é subscrito também pelo Conselho Federal da Ordem, Confederação Nacional da Indústria (CNI), Confederação Nacional do

Transporte (CNT), Confederação Nacional da Saúde (CNS) e Confederação Nacional dos Dirigentes Lojistas (CNDL).

As entidades sindicais argumentam que a CPMF “é um tributo de má qualidade por ser pouco transparente” e alegam que “a ausência de um programa fiscal estrutural, que enfrente as regras automáticas de expansão de gastos, abre caminho para a fácil alternativa de se criar novos tributos”.

“Uma campanha eleitoral serve, no mínimo, para que o candidato apresente um programa de governo e com ele se comprometa publicamente em implementar. A presidente Dilma Rousseff não tratou de aumento de carga tributária ou de criação de tributo durante a sua campanha eleitoral”, critica o manifesto.

O presidente da Federação dos Trabalhadores da Saúde do Estado de São Paulo, Edison Laércio de Oliveira, é um ferrenho crítico da volta da CPMF. Ele lamenta que o governo planeje ressuscitar um imposto extinto há nove anos e afirma que os trabalhadores serão os primeiros

Federação lança campanha nas redes sociais contra a volta da CPMF

#CPMFnaoresolvecrise. Esta é a campanha que Federação dos Trabalhadores de Saúde do Estado de São Paulo lançou nas redes sociais contra a volta da Contribuição Provisória sobre Movimentações Financeiras (CPMF). A campanha “Movimento Bolso Livre” visa conscientizar a população brasileira sobre a ineficaz proposta do Governo Federal em criar um novo imposto para amenizar os efeitos da crise econômica no Brasil.

“A cobrança da CPMF vai aumentar o valor da carga tributária paga pelos setores de serviço, indústria e comércio, causando crescimento nos preços daquilo que nós consumimos. A CPMF vai nos atingir por todos os lados”, diz a campanha da Federação em seu Facebook oficial.

Inicialmente, a ideia do Governo Federal era voltar com a CPMF com alíquota de 0,2%, para arrecadar receitas tributárias no valor de R\$ 32 bilhões, o

que cobriria o rombo no Orçamento da União para 2016. Entretanto, o governo já propôs que a alíquota original fosse elevada para 0,38%. Para o presidente da Federação, Edson Laércio de Oliveira, além da população brasileira ter que pagar a conta pelos erros da política econômica brasileira, a conta não vai fechar. “É preciso cortar os gastos e não criar novos impostos, como se fosse a solução do problema.”

Em janeiro, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e confederações empresariais lançaram manifesto contra a volta da CPMF. No documento, as entidades afirmam que o governo está transferindo para a sociedade e o setor produtivo o custo do ajuste fiscal.

Para saber mais sobre a campanha da Federação, acesse o Facebook oficial da Federação dos Trabalhadores da Saúde do Estado de São Paulo ou entre no site: www.federa-caodasaude.org.br.



a ser prejudicados. “Na primeira vez, os recursos da CPMF deveriam ser destinados para o setor de saúde e isto não aconteceu. Agora dizem que deve ir para a Previdência, garantindo o pagamento dos aposentados. Quem acredita nisso?”, questiona Edison Oliveira. Ele afirma que a Federação vai lutar fortemente para que a CPMF fique relegada à gaveta, juntamente com os projetos da área da saúde, que há décadas aguardam aprovação, a exemplo das 30 horas para a enfermagem. “A presidente Dilma Rousseff precisa urgentemente

“Aumentar tributos e não cortar gastos irão destruir o que sobra de credibilidade do Governo Federal. A volta da CPMF está aumentando ainda mais a instabilidade política.”

Paulo Roberto G. Richieri
Presidente do Sindicato da Saúde
de Piracicaba

criar políticas econômicas para se livrar deste déficit nas contas públicas, mas sem prejudicar a classe trabalhadora, pessoas que depositaram confiança nela nas últimas eleições, mas hoje estão decepcionadas”, finaliza.

Para o diretor-procurador da Federação e presidente do Sindicato da Saúde de Piracicaba, Paulo Roberto Gondin Richieri, “aumentar tributos e não cortar gastos irão destruir o que sobra de credibilidade do Governo Federal. A volta da CPMF está aumentando ainda mais a instabilidade política”, diz.

A volta da CPMF não é solução para a área da saúde

Por Sérgio Roberto Balduino da Silva

Presidente do Sindicato da Saúde de Ribeirão Preto e Região e diretor de Assuntos da Previdência Social da Federação dos Trabalhadores da Saúde do Estado de São Paulo

Para cobrir o rombo de mais de R\$ 30 bilhões no orçamento de 2016, a equipe econômica anunciou a recriação da Contribuição Provisória sobre Movimentações Financeiras (CPMF), com a alíquota de 0,2%, como a grande solução para equilibrar as contas da saúde.

No passado (1997 a 2007), as dificuldades e o discurso eram os mesmos e a população brasileira foi penalizada com a famigerada contribuição. Aqueles

que já naquela época trabalhavam no setor são testemunhas vivas de que quase nada, ou muito pouco, destinou-se à saúde.

A saúde é apontada pela população como um dos principais problemas do País há anos. Precisamos melhorar a infraestrutura da área e, para isso, os recursos previstos no orçamento para este fim precisam ser realmente investidos. Estudo recente do Conselho Federal de Medicina (CFM) mostra que de 2001 a 2013, o Governo Federal destinou para isso R\$ 80,5 bilhões, mas somente R\$ 33 bilhões foram investidos, ou seja, para cada R\$ 10,00 previstos para melhoria da infraestrutura, apenas R\$ 4,00 foram aplicados. A carência de leitos no País já é lastimada: entre 2007 e 2012, 16 mil leitos privados foram fechados no País. Os setores públicos e privados podem implantar uma rede de cuidados que torne o sistema eficiente, aumentando a qualidade dos serviços. A palavra-chave para isso é cooperação. Hoje, 25% dos cidadãos possuem planos de saúde, mas 56% do total dos

gastos no setor no País estão na esfera privada.

Além disso, 64% dos leitos hospitalares são geridos por instituições privadas, sendo que metade deles atende o

Sistema Único de Saúde (SUS).

Com ações típicas de governos populistas, o atual governo empurra essas discussões “com a barriga”, temendo a adoção de medidas impopulares. A crise pela qual o País passa atualmente é o retrato desses desman-

dos. Como resultado, podemos retroceder aos anos 1980, a chamada “década perdida”, com estagnação econômica, retração industrial e aumento do déficit público.

A esperança diante das más notícias é a oportunidade de debater com a sociedade os reais problemas do País e implementar as mudanças necessárias. Incluindo a reforma fiscal, tributária, política e da Previdência Social, mas que a Saúde não fique à margem das discussões. O setor necessita de uma avaliação técnica, totalmente desprovida de ideologias, e que garanta sua sustentabilidade e seus serviços mais dignos aos brasileiros.

Mais uma vez, o governo está faltando com a verdade, o retorno da CPMF somente será destinada para cobrir o rombo nos cofres públicos e não para resolver os problemas no setor da saúde.



A esperança diante das más notícias é a oportunidade de debater com a sociedade os reais problemas do País e implementar mudanças necessárias.”

PREVIDÊNCIA

ENVELHECIMENTO POPULACIONAL E BAIXA TAXA DE
FECUNDIDADE INFLUENCIAM NA APOSENTADORIA

por Gabriela Rodrigues





O avanço da medicina e as melhores condições de vida, no geral, levaram a um constante aumento da expectativa de vida no mundo e no Brasil. Em 1960, por exemplo, a média da expectativa de vida de do brasileiro era de 54,21 anos, sendo que o tempo mínimo de contribuição para se aposentar para as mulheres era de 25 anos e para os homens de 30 anos. Após 30 anos, a expectativa subiu para 65,34. Atualmente, este número chegou a 75,2 anos.

Conforme a expectativa de vida do cidadão aumenta, o tempo de contribuição do trabalhador também sofre alteração. Afinal, é necessário haver quantidade de trabalhadores ativos suficiente para manter a arrecadação e consequente pagamento da aposentadoria. Para o professor e jornalista Jorge Félix, mestre em Economia Política, a Previdência Social no Brasil está mais vinculada à questão estrutural da economia do que no envelhecimento populacional. “O que ocorre é que o Plano

Real trocou a inflação alta pelos juros altos. Trocamos de índice apenas. Isto faz pressão sobre a dívida pública e a solução foi adotar a meta de superávit primário que obriga o País a transferir grande parte de recursos para pagamento da dívida pública. Desde a aprovação da Desvinculação de Receitas da União, em 1994, para dar sustentação ao Plano Real, a Constituição foi alterada para tirar 20% dos recursos da Seguridade Social (Saúde, Previdência Social e Assistência Social). Ou seja, em outras palavras, a sociedade fez a opção de pagar a dívida pública com recursos que deveriam ir, segundo a Constituição de 1988, para a Seguridade Social”, explica.

Félix entende que há um problema estrutural para dar sustentabilidade ao sistema de repartição do País. “Se estes recursos voltassem para a Seguridade, a Previdência seria superavitária mesmo com o envelhecimento”, afirma.

Um fator preocupante que se soma a este cenário é a baixa taxa de fecundidade (número

médio de nascimentos por mulher). Com a inserção da mulher no mercado de trabalho, muitas optam por ter filhos mais tarde, reduzir a quantidade de filhos ou ainda nem tê-los. Isto desencadeia uma sociedade com menos jovens e mais idosos. Em 1960, a taxa de fecundidade era de 6,1. Em 1990, o número baixou para 2,81. Hoje em dia cada mulher tem cerca de 1,79 filho.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2030, o grupo de idosos de 60 anos será maior que grupos de jovens de até 14 anos. Com uma população jovem menor e uma população idosa cada vez maior, a tendência é que o tempo de contribuição cresça cada vez mais. E com a queda da taxa de fecundidade no Brasil em todas as regiões e em todas as classes sociais, o professor Jorge Félix defende que exista, por parte do governo, estímulo à fecundidade. “Isto no Brasil é um tabu. Nossa política de saúde pública neste quesito está completamente atrasada. O capitalismo do século 21, com exigências cada vez maiores das mulheres que estão no mercado de trabalho, está provocando o fenômeno do filho único e começa a promover o

fenômeno do casal sem filhos. Isto será grave no futuro. O Estado precisa evitar que isto ocorra numa perspectiva de longo prazo. Aqui, poderíamos começar com maior período de licença-paternidade, por exemplo”, ressalta o professor.

Além dessas questões, segundo Jorge Félix, ainda há o fato de que o sistema de previdência no Brasil fornece privilégios a militares, magistrados e funcionários públicos, que podem se aposentar com menos de 50 anos e

com pagamento integral. “Todas as reformas que foram feitas na Previdência penalizaram e tiraram mais direitos dos trabalhadores da iniciativa privada do que de uma casta de privilegiados.”

O envelhecimento populacional obriga uma revisão do sistema, no entanto, para o mestre em economia, “esta reforma tem que se dirigir a uma previdência mais igualitária e dentro do sistema de repartição e não uma reforma só para os mais fracos politicamente. Nosso sistema de repartição é o grande seguro coletivo da sociedade. É ele que garante o mínimo de coesão social num país tão desigual como o Brasil”, conclui o economista Jorge Félix.



“Todas as reformas que foram feitas na Previdência penalizaram e tiraram mais direitos dos trabalhadores da iniciativa privada do que de uma casta de privilegiados.”

Jorge Félix
Economista

Aumento da expectativa de vida e sua influência na aposentadoria

Por **Aristides Agreli Filho**

Presidente do Sindicato da Saúde de São José do Rio Preto e Região e 1º tesoureiro da Federação dos Trabalhadores da Saúde do Estado de São Paulo

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou em dezembro do ano passado boas notícias sobre a expectativa de vida no Brasil, que cresceu para 75,2 anos em 2014. Este número atualizado sobre o tempo de vida médio dos brasileiros poderia ser um motivo de comemoração para nós se não fosse pelas notícias envolvendo as aposentadorias, as quais vão ficando cada vez mais achatadas.

O País terá uma população de idosos vivendo por mais tempo, porém especialistas destacam a falta de políticas públicas específicas para o novo perfil da população.

Logo, o cenário da terceira idade se tornou preocupante ao sistema previdenciário, que precisará de atenção especial do Legislativo e do Executivo para não desencadear um colapso financeiro.

O fator previdenciário é considerado o grande vilão quando o trabalhador decide requerer sua aposentadoria, devido à diminuição que provoca no valor do benefício previdenciário. Em contrapartida, com o aumento da expectativa de vida, elevará o aumento das parcelas a serem pagas, já que o trabalhador está vivendo mais.

Com isso, o sistema previdenciário se encontrará em difícil situação e não aguentará pagar a conta dos aposentados, pois, com a expectativa de vida aumentando e a

estimativa da família brasileira diminuindo, a classe trabalhadora não será suficiente para que o governo arrecade recursos para o efetivo pagamento dos cerca de 32 milhões de aposentados no Brasil. Aumentando o tempo de contribuição, postergará a idade mínima para que o trabalhador tenha direito de começar receber o benefício.

Os 130 milhões de cidadãos brasileiros que atualmente fazem parte da população economicamente ativa (PEA) vão se tornar 144 milhões até 2020, uma alta de mais de 10%, o que significa um aumento de 15 milhões até 2020. Por outro lado, até 2020, o Brasil ganhará 4,9 milhões de aposentados. Com base nos dados do IBGE, a PEA praticamente vai parar de crescer a partir de 2020,

pois o número de pessoas economicamente ativa será praticamente o mesmo de cidadãos que sairão. O volume de aposentados, por outro lado, vai parar de crescer.

Portanto, a alta da expectativa de vida e o cenário de incertezas que vivemos na política e na economia irão prejudicar justamente aqueles que trabalharam duramente para ter uma vida melhor.



O País terá uma população de idosos vivendo por mais tempo, porém especialistas destacam a falta de políticas públicas específicas para o novo perfil da população. Logo, o cenário da terceira idade se tornou preocupante ao sistema previdenciário.”

COP-21

195 PAÍSES CHEGARAM A UM ACORDO HISTÓRICO SOBRE O CLIMA GLOBAL,
AGORA O DESAFIO É COLOCAR POLÍTICAS SUSTENTÁVEIS EM PRÁTICA.

por Henrique Rodrigues

Boas notícias para o meio ambiente. Pela primeira vez na história, 195 países chegaram a um acordo legal para frear as emissões de gases do efeito estufa e para lidar com os impactos da mudança climática. O acordo foi feito na 21ª Conferência do Clima (COP-21), em Paris, e determinou que todos esses países promovam ações sustentáveis para que a temperatura média do Planeta sofra uma elevação de no máximo 1,5°C. O resultado final da COP-21 mostrou que as principais resistências políticas estão superadas. Em Paris, todas as nações signatárias, especialmente EUA, China e Arábia Saudita, concordaram com o que é preciso fazer. Segundo Viviane Romeiro, analista de clima do World Resources Institute (WRI), organização integrante do Observatório do Clima, a COP-21 foi responsável por destravar mais de 20 anos de impasses nas negociações de clima. “O consenso entre os países sobre a responsabilidade de cada um em preservar o meio ambiente foi um importante avanço. Pela primeira vez na história foi estabelecido que todos os países, ricos e pobres, têm que contribuir para a estabilização da temperatura média global”, destaca. Mesmo com o acordo firmado entre os países, Viviane acredita que as políticas sustentáveis aplicadas no mundo atualmente ainda são insuficientes para atingir a meta estipulada na COP-21. “O problema é que o desafio global é tão grande que não basta só destravar a po-



Frederic Legrand - COMEIO / Shutterstock.com

lítica das negociações internacionais. Agora, os países têm que identificar e implementar medidas efetivas sobre como fazer o que é preciso fazer”, frisa a analista.

Sobre o debate do clima global, destaque especial para o Brasil. O País é a 7ª maior economia do mundo: está entre os dez maiores emissores de CO2 do Planeta; tem em seu território a maior floresta tropical do mundo e possui matriz energética ainda relativamente limpa, comparada aos países mais ricos.

Por essas razões, o Brasil tem uma importante influência nas decisões sobre o clima. A analista cita algumas políticas sustentáveis desenvolvidas no País, no entanto afirma que as ações já implementadas são insuficientes para atingir a meta estipulada na COP-21. “Ainda são poucas ações sustentáveis desenvolvidas no Brasil. A mais importante delas

é a fiscalização para reduzir o desmatamento na Amazônia Legal e também um plano importante no fomento à agricultura de baixa emissão de carbono. Mas só com isso o Brasil dificilmente cumprirá seu objetivo de restaurar 15 milhões de hectares de pastagens degradadas até 2020.”

Saúde se beneficia com a sustentabilidade

A discussão sobre como diminuir a temperatura anual do Planeta é importante para o bem-estar social. Cuidar do meio ambiente significa cuidar da saúde da população. Ao optar pelo desenvolvimento

sustentável, os países são beneficiados, por exemplo, com a redução dos riscos à saúde humana relacionados ao abastecimento de água para consumo humano; com a diminuição dos riscos de transmissão de doenças por insetos, como o mosquito da dengue; e ainda ameniza risco à saúde por enchentes e secas. A analista de clima acredita que para atingir esses fins, as políticas sustentáveis devem ser mais valorizadas no País. “Ações climáticas

devem integrar políticas de desenvolvimento e não serem tratadas como algo à parte, no escaninho ambiental, nem serem tratadas como substitutas destas últimas”, finaliza.



Ainda são poucas ações sustentáveis desenvolvidas no Brasil. A mais importante delas é a fiscalização para reduzir o desmatamento na Amazônia Legal e também um plano no fomento à agricultura de baixa emissão de carbono.”

Viviane Romeiro
Analista de clima do Word Resources Institute

Vida saudável, Planeta em equilíbrio

Por Edna Alves

Presidente do Sindicato da Saúde de Jaú e Região e 1ª secretária da Federação dos Trabalhadores da Saúde do Estado de São Paulo

Costumamos dizer que hoje tudo está ao nosso alcance, basta ter dinheiro para comprar, mas sabemos que nem sempre o dinheiro faz a diferença, especialmente quando se fala em saúde. Quando a perdemos parece que o mundo vem embaixo.

Nós, trabalhadores da saúde, percebemos o quanto é frágil a vida do ser humano. Ricos ou pobres, quase sempre sucumbem perante a mesma doença – se bem que os ricos, às vezes, conseguem se safar ou adiar o inevitável.

O que esquecemos é que, além da nossa saúde, precisamos ter um Planeta saudável, equilibrado e em condições de suprir as necessidades de todas as 7,3 bilhões de pessoas do Planeta. Um planeta em desequilíbrio nos afeta e acaba com a vida saudável que queremos ter.

“Saúde!” O brinde que fazemos a cada réveillon é sincero ou mera formalidade diante de amigos e familiares? Fazemos alguma coisa para que tenhamos uma vida mais saudável a cada ano que passa? Agimos de forma que o Planeta viva em equilíbrio? Acho que não.

A busca pela novidade, pela comodidade, pela praticidade nos leva a poluir cada vez mais. Este consumismo desenfreado que nos atinge

acaba com nossa saúde, quer seja psicologicamente por não termos

tudo que queremos ou fisicamente por nos alimentarmos só com porcarias enlatadas. A vida saudável se esvai a cada copo de refrigerante, a cada dose de bebida alcoólica, a cada produto em conserva, a cada pacotinho



disso ou daquilo. E este consumismo vai minando os recursos naturais do Planeta. Sofremos nós e sofre a Terra nossa de cada dia.

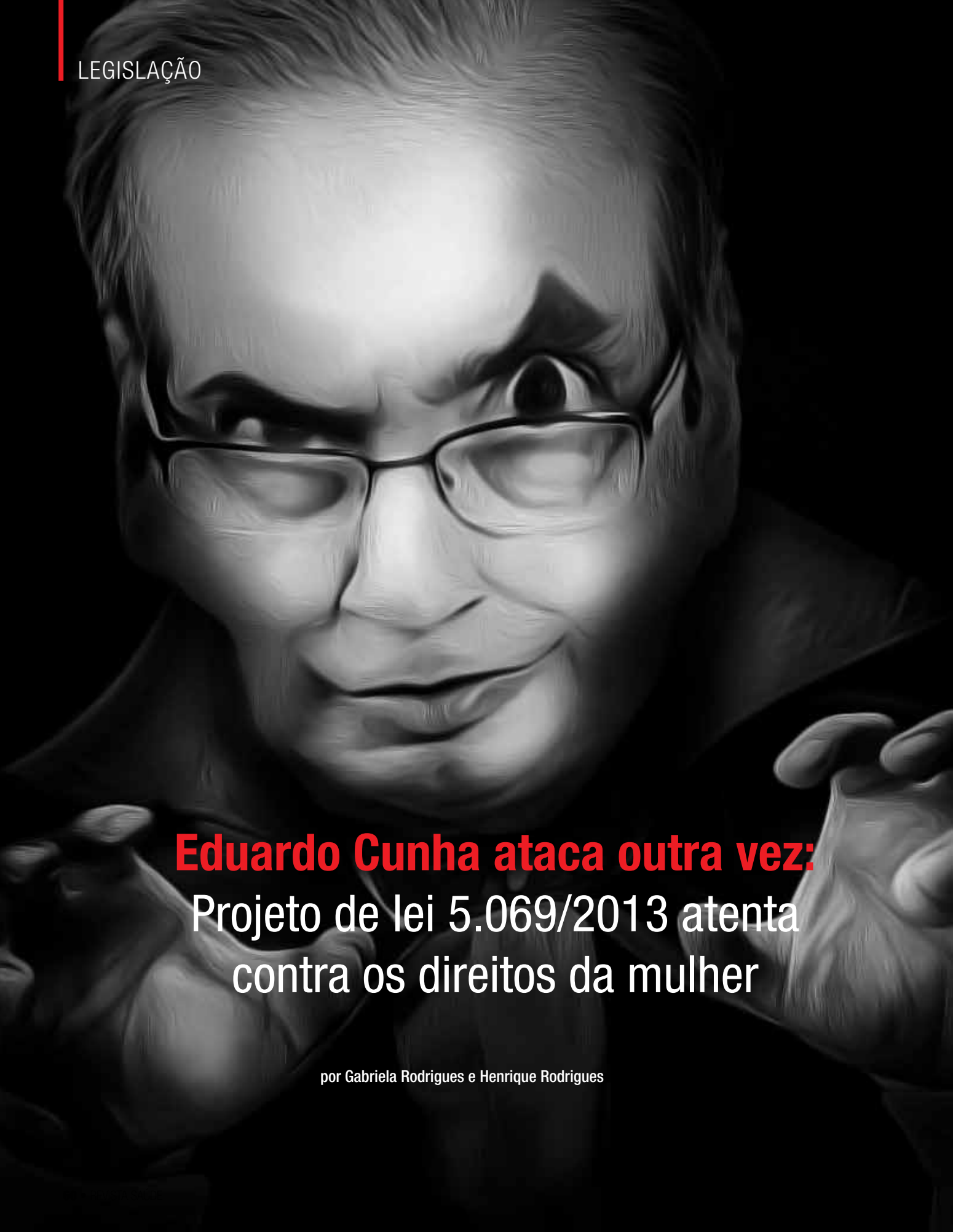
Essa combinação de alimentação inadequada, ambiente inóspito e cada vez mais poluído provoca mais doenças. Vemos isto no dia a dia nos hospitais. Tem muita gente doente. Tem muita gente morrendo. A medicina não dá conta dos péssimos hábitos que temos em nossa rotina.

Cabe a todos repensar nosso modo de vida e nossa alimentação. O que fazemos enquanto jovens vai impactar na velhice.

E mais ainda nos nossos filhos e netos. Num planeta sem equilíbrio é impossível viver bem. Por isso, realmente, vamos desejar e praticar “saúde” o ano inteiro.



O que esquecemos é que, além da nossa saúde, precisamos ter um Planeta saudável, equilibrado e em condições de suprir as necessidades de todas as 7,3 bilhões de pessoas do Planeta.”



Eduardo Cunha ataca outra vez:
Projeto de lei 5.069/2013 atenta
contra os direitos da mulher

por Gabriela Rodrigues e Henrique Rodrigues

Ao longo das últimas décadas, o cenário de vida das mulheres muito se modificou. Elas costumavam casar cedo, ter muitos filhos e alguns em casos até uma gestação por ano e viver exclusivamente para criá-los. Muitas foram as lutas para conquistar direitos para esta parcela da população. Graças às essas mobilizações iniciadas por movimentos feministas, a mulher brasileira conquistou seu direito ao voto na década de 30, direito à remuneração entre trabalho masculino e feminino para a função igual, aprovado pela Organização Internacional do Trabalho e Igualdade em 1951, a criação da pílula anticoncepcional, que começou a ser comercializada nos anos 60, entre outras inúmeras conquistas.

Entretanto algo que ainda não foi alcançado é a tranquilidade da mulher em andar na rua sozinha sem se preocupar com assédio e abuso pela justificativa da roupa que está usando ou pelo simples fato de ser mulher. Em pesquisa divulgada pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2014 se



constatou que 90,2% das mulheres brasileiras temem ser agredidas sexualmente. Além disto, ocorre um estupro a cada 11 minutos no País. Pior ainda é quando, desta agressão, a mulher adquire algo a mais: uma gravidez. Apesar das estatísticas demonstrarem um número muito alto de estupros no País, o real é ainda maior. Isto porque muitas mulheres sequer realizam a denúncia por medo, vergonha ou sentimento de culpa. “Elas têm medo de não ser acolhidas ou de ser desacreditadas ao contar a sua história e receio do julgamento social. Calam-se e sofrem profundamente em silêncio como recusa à realidade, mas o que a boca cala o corpo fala, a experiência traumática retorna em forma de sintoma, manifestando o não dito e denunciando aquilo que ‘não pode’ ser falado”, afirma Alana Trajano Welker, psicóloga do Núcleo de Assistência à Mulher da Delegacia de Polícia Civil de Paulínia.

É um retrocesso em termos políticos e de assistência à mulher, além de dificultar o acesso ao aborto legal, no caso de mulheres estupradas, ainda reforça a violência sexual como, prioritariamente, uma questão jurídico-policial, na medida em que impõe a necessidade de que a violência seja denunciada e comprovada por exame de corpo delito para que a mulher tenha assistência adequada para seu caso. A mulher vitimada tem um prazo de 72 horas para realizar a profilaxia anti-HIV e DSTs e para gravidez, com efetividade. Muitas vezes, a mulher não consegue chegar aos serviços de saúde dentro desse prazo porque ainda é corrente a ideia de que a violência deve ser tratada na delegacia. Então, além do risco de gravidez, a mulher está sob risco de se infectar com outras doenças, muitas sem cura.

Ivana Fortunato | Psicóloga do Programa SOS Mulher



Representa um significativo retrocesso na luta das mulheres pelo reconhecimento da autonomia de seus corpos e das diferentes formas de violência sexual. Dificultar o acesso à profilaxia da gravidez resultante de estupro levará ao aumento dos abortos clandestinos e, conseqüentemente, à morte de mulheres. É dever do Estado o amparo integral às vítimas de violência sexual, o que inclui a profilaxia e a garantia de aborto legal. A constitucionalidade do projeto já pode ser questionada por sua clara violação à dignidade da pessoa humana, garantida no artigo 1º, inciso III, da Constituição Federal. O aumento do sofrimento e da humilhação das mulheres que sofreram violência configura uma violação estatal aos direitos humanos. A proposta do projeto de acrescentar a previsão de que “nenhum profissional de saúde ou instituição, em nenhum caso, poderá ser obrigado a aconselhar, receitar ou administrar procedimento ou medicamento que considere abortivo” é incompatível com o atendimento previsto em lei às vítimas de violência sexual (Lei 12.845). É dever do profissional de saúde informar as mulheres vítimas de seus direitos, incluídos o aborto legal e a pílula do dia seguinte.

Livia de Souza | Coordenadora de Projetos da ONG THEMIS - Gênero, Justiça e Direitos Humanos

fissional ou não, de como praticar o aborto passam a ser consideradas crimes, para os quais prevê pena de detenção de seis meses a dois anos. Também proíbe prestar qualquer auxílio à mulher que o pratique – mesmo que se

Atualmente, a mulher que engravidou do agressor sexual que procura atendimento médico tem três opções: manter a gestação e ficar com o bebê, manter a gestação e doar legalmente o bebê ou realizar o aborto. Entretanto, poderá ser muito mais difícil resolver o problema por métodos abortivos, isto porque a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC) aprovou em outubro do ano passado o Projeto de lei 5.069/2013, de autoria do presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), que modifica a lei de atendimento às vítimas de violência sexual. O PL segue na Câmara dos Deputados para ser discutido em Plenário. Se for aprovado pelos parlamentares, será encaminhado para o Senado Federal.

A proposta condiciona a permissão da interrupção da gravidez à comprovação de um exame de corpo de delito e um comunicado à autoridade policial. Se a lei for aprovada, a venda, a entrega ou a mera orientação, pro-

trate de uma vítima de estupro, ainda que sob o pretexto de redução de danos. Além disso, o PL altera o art. 1º da Lei nº 12.845/13 ao retirar o “atendimento integral à vítima” e “controle e o tratamento dos agravos físicos e psíquicos decorrentes da violência sexual” e estipula o “tratamento das lesões físicas e dos transtornos psíquicos decorrentes da violência sexual”. De acordo com Nota Técnica “Os Impactos do PL 5069/2013 sobre os Direitos das Mulheres”, da consultora legislativa da Câmara, Maria Regina Reis, caso o PL seja aprovado, uma conversa entre amigas, onde uma sugere à outra que se encontra em situação difícil a realização de um aborto, poderá ser caracterizado crime de indução ou instigação ao aborto. “A legislação em vigor nunca exigiu realização do boletim de ocorrência (BO) ou de exame de corpo de delito como condicio-

nante da realização de aborto em caso de estupro. Na ausência de exigência legal, a palavra da mulher aliada à sua autorização para realização do aborto sempre foram consideradas suficientes”, ressalta o texto. No Brasil ocorre um milhão de abortos e mais de 200 mil mulheres morrem todos os anos decorrentes de procedimentos clandestinos, tornando-se questão de saúde pública. A psicóloga Alana Trajano acredita que, com a aprovação do PL 5.069, o número de abortos realizados de forma clandestina tende a aumentar. “A mulher terá que se defrontar com a delegacia para depois receber o auxílio, consequentemente o caminho mais seguro e de fácil acesso será o clandestino”, explica.

Não há um consenso sobre quando a vida tem início. Existem cinco teorias a respeito de quando se dá este momento. A primeira é de que a vida começa a partir da fecundação, ou seja, no momento em que o óvulo é fertilizado pelo espermatozoide. A segunda afirma que a vida se inicia com a ocorrência da nidação, ou seja, quando o óvulo fecun-

do se fixa à parede do útero, já preparado para alimentá-lo, que ocorre por volta da segunda semana após a fecundação. A terceira diz que a vida tem início na terceira semana de gestação, quando o embrião não pode mais se dividir. A quarta teoria entende que a vida começa a partir da 24ª semana de gestação, quando os pulmões estão formados e o feto tem condições de sobreviver fora da barriga da mãe. Já, a quinta defende que a vida humana começa com o início da formação das primeiras terminações nervosas, a partir da segunda semana de gestação.

A falta de consenso se dá também por questões religiosas, o que não deveria ser considerado em um estado laico.

Em entrevista à BBC Brasil, o médico mais popular no Brasil, Dráuzio Varella, manifestou sua opinião sobre o aborto. “O aborto já é livre no Brasil. É só ter dinheiro para fazer em condições até razoáveis. Todo o resto é falsidade. Todo o resto é hipocrisia. Proibir o aborto é punir quem não tem dinheiro.”



Avalio como um retrocesso às conquistas dos direitos humanos e às políticas que resguardam a mulher de toda a forma de opressão que limita o exercício dos seus direitos sexuais e reprodutivos. As mulheres hoje têm uma série de direitos em situação de abuso sexual como informação e auxílio dos profissionais da saúde e este projeto de lei impede a obtenção destes direitos, pois torna crime induzir ou auxiliar uma gestante a abortar. A consequência na prática é previsível: inibirá os profissionais da saúde a darem informação sobre o aborto e a opção da pílula do dia seguinte.

Alana Trajano Welker | Psicóloga do Núcleo de Assistência à Mulher da Delegacia de Polícia Civil de Paulínia

A mulher e seu direito ao aborto quando grávida por estupro

Por Elaine da Silva Amaral

Presidente do Sindicato da Saúde de Franca e Região e secretária-geral da Federação dos Trabalhadores da Saúde do Estado de São Paulo

Mais de dois séculos se passaram desde os primeiros movimentos feministas registrados no mundo. Leis foram modificadas e adaptadas à realidade conforme os espaços adquiridos pela mulher desde então. Ainda assim, em pleno século 21 muitas enfrentam a dolorosa situação da violência sexual, tendo como uma de suas consequências a gravidez não desejada.

As mulheres conquistaram um direito relevante a sua vida perante o Código Penal Brasileiro, artigo 128, inciso II, quanto ao aborto se tornar medida legal perante à gravidez resultante de estupro, com o consentimento da gestante ou de seu representante legal, caso menor de idade.

Segundo o 7º Anuário de Segurança Pública do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), publicado em novembro de 2013, foram registrados 43.869 estupros no Brasil em 2011. Especialistas dizem que o número é bem maior, tendo em vista que, raramente, a vítima de violência sexual notifica a ocorrência. No mesmo ano (2011) aconteceram 1.504 abortos legais no Brasil pela rede pública de saúde, uma vez que o Ministério da Saúde, por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), garante a legalidade nos hospitais credenciados com total atendimento emergencial, integral e multidisciplinar. Uma forma de visar o controle e o tratamento dos agravos físicos e psíquicos decorrentes de violência sexual, e, se for o caso, encaminhar a paciente aos serviços de assistência social pelo SUS com ou sem boletim policial. Conforme preconiza a Norma Técnica do Ministério da Saúde (MS) sobre Prevenção e Tratamento dos Agravos Resultantes da Violência Sexual contra Mulheres e Adolescentes, o Código Penal não exige qualquer documento para a prática do aborto, a não ser o consentimento da mulher. No ano seguinte, isto é, 2012, foram 1.625 proce-

dimentos e, em 2013 (até novembro), 1.400, segundo dados do Ministério da Saúde.

O estudo realizado com as informações do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) revelou, porém, que 67,4% das mulheres grávidas em decorrência de estupro em 2011 não tiveram acesso ao serviço de aborto legal devido o seu desconhecimento ou falta de orientação adequada. E 7% dos casos de violência sexual resultaram em gravidez em 2011. O índice foi feito pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea), com base em dados do Sinan, do SUS, de 2011.

A porcentagem de mulheres grávidas por estupro parece pequena, mas é direito delas decidirem se querem ou não ter o filho, assim como o conhecimento de seus direitos garantidos por lei. Os governos Federal, Estadual e Municipal têm o dever de divulgar este direito da mulher, assim como orientá-la da melhor forma possível para que o trauma ocorrido não se estenda ainda mais.

O Sinsaúde de Franca e Região busca dar este conhecimento às mulheres de sua categoria, bem como demais direitos que visem seu bem-estar e qualidade de vida.



Em 2011 foram registrados 43.869 estupros no Brasil. Especialistas dizem que o número é bem maior.”

Assédio moral e os danos à saúde do trabalhador, à economia da empresa e aos cofres públicos

Por Carlos José Gonçalves

Presidente do Sindicato da Saúde de São José dos Campos e Região, filiado à Federação dos Trabalhadores da Saúde do Estado de São Paulo

No mundo globalizado e competitividade no mercado do trabalho, o acréscimo de abusos praticados pelas empresas contra os trabalhadores tem sido assustador. Abusos estes chamados pelos especialistas de assédio moral, responsável pela degradação no ambiente de trabalho, causando danos à saúde do trabalhador, à economia da empresa e prejuízos aos cofres públicos. Especialistas definem assédio moral como sendo um ato agressivo, violento, desumano, desonesto e narcisista praticado contra a dignidade da pessoa, no geral por alguém que abusa do seu poder para agredir a vítima, que por sua vez sofre danos à saúde, desestruturando-se na convivência familiar e na sociedade e, em muitos casos, levando a vítima a cometer suicídio. Os danos causados à vítima desencadeiam doenças psicológicas e o ofendido se sente sem forças para reagir às agressões e começa a se deprimir, perder o estímulo pelo trabalho, por em dúvida sua capacidade profissional, entre outros prejuízos.

O empregador também sofre as consequências de atos praticados pelos seus prepostos, pois arcará com os processos por dano causado à vítima. A melhor solução é que as entidades sindicais e patronais mobilizem uma campanha contra tal prática no ambiente de trabalho, para que ele se torne mais saudável e produtivo.

Apesar de não ser possível processar criminalmente o agressor na Justiça do Trabalho, entendemos que a vítima poderá fazê-lo na Justiça Penal por conta dos artigos 140, caput e 122 caput e parágrafo primeiro combinado com o inciso I do Código Penal.

O art. 140 do Código Penal (CP) estabelece que injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignida-

de ou decoro, pode sofrer uma detenção de até seis meses ou multa. Este

artigo protege a honra subjetiva. Trata-se da imputação de qualidade negativa a alguém. O crime de injúria admite a prática omissiva, quando, por exemplo, a vítima cumprimenta diversas pessoas em fila e o agente não estende a mão.

O artigo 122 do CP prescreve que induzir ou instigar alguém a se suicidar ou prestar-lhe auxílio para que o faça, pode ter uma pena de dois a seis anos, se o suicídio se consumir; ou reclusão, de um a três anos se da tentativa de suicídio resultar lesão corporal de natureza grave. Neste caso, havendo cometimento de suicídio, entendo, por analogia, ser possível a aplicação do artigo supramencionado, visto que se não houvesse atitudes de ofensa por parte do agressor, a vítima não seria acometida de estado depressivo; em havendo a depressão, causada pelo assédio moral no ambiente de trabalho, a vítima fica vulnerável e acaba se suicidando, caso que entendo ser aplicável este artigo. Com o tempo, os especialistas no assunto, tanto juristas como psiquiatras e psicólogos, perceberão que haverá muito que inovar para punir severamente o agressor, pretendendo banir do âmbito das relações do trabalho o assédio moral, pois me parece que somente as indenizações por danos ao trabalhador não estão sendo suficientes para acabar com tais práticas contra o trabalhador.



Saúde perde um guerreiro

A categoria da saúde perde um líder na defesa da área da saúde, que preservava a saúde como ponto de partida de todas as suas lutas. Foi no dia 22 de março do ano passado, que a saúde se calou em respeito à morte de Pedro Alberto Tolentino. Depois de lutar bravamente contra a leucemia que o acometera, não conseguiu vencer um acidente vascular cerebral (AVC). Assim, os trabalhadores da saúde perde um importante defensor dos seus direitos e o Sinsaúde Campinas e Região, bem como a Federação dos Trabalhadores da Saúde do Estado de São Paulo, um atuante dirigente sindical. Mariliense de nascimento, o sindicalista, que foi diretor do Sinsaúde por 30 anos e da Federação por 27, deixou uma grande lacuna no meio sindical aos 55 anos.

Ele começou na área da saúde ainda jovem, em 1978, como técnico em radiologia na Fundação Municipal de Ensino Superior de Marília (Fumes) e na Sociedade Beneficente Caminho

de Damasco, também em Marília (SP). Nesta área, ele vivenciou muitas injustiças e colocou como meta de vida a defesa dos profissionais da saúde, mas ele queria mais e por isso em 1984 entrou para a diretoria do Sinsaúde Campinas e Região e dez anos depois, em 1994, ganhou espaço na diretoria da Federação, ampliando ainda mais seu território de atuação. Passado dois anos dentro da diretoria do Sinsaúde, Pedro se empenhou para fundar uma sede do Sinsaúde na região de Marília, visando à aproximação dos trabalhadores com o Sindicato. Marcou o período de 1987 a 1994, quando a região de Marília enfrentou greves na saúde em todos os anos e Pedro esteve à frente de todas elas.

Nos últimos anos, a mobilização voltou a ser intensa no Complexo Famema, do qual fazem parte o Hospital das Clínicas I, HC II (Hospital Materno-Infantil), HC III (Unidade São Francisco), Oncoclínica, Hemocentro, Ambulatório Mário Covas, Unidade Oftalmológica, Ambula-

Um líder com ideologias

Os que conheceram o sindicalista sabem que ele foi um entusiasta pela melhoria na vida dos trabalhadores da saúde, que deu enorme contribuição para a evolução da categoria, que sempre trabalhou com garra e muita disposição, defendendo como ninguém os seus ideais. Sem dúvida, o sindicalismo perde um guerreiro. Veja o que dizem alguns de seus colegas de profissão.



“Pedro Tolentino deixa um legado para toda a sociedade e a categoria da saúde. Ele era uma pessoa iluminada, um estudioso no combate à violação dos direitos dos trabalhadores da saúde. Eu perdi um amigo, um irmão, uma pessoa que aprendi a admirar, que com toda sua sabedoria, conhecimento e coragem, era humilde, sabia ouvir; ficou ao meu lado por quase 30 anos. Com certeza irá fazer muita falta, não só para os amigos, mas para toda a categoria da saúde, que tinha nele um defensor das injustiças e um conquistador de resultados para melhorar a qualidade de trabalho e de vida daqueles que confiavam em seu trabalho.” - **Edison Laércio de Oliveira, presidente da Federação dos Trabalhadores da Saúde do Estado de São Paulo.**



“A região de Marília, o Estado de São Paulo e o Brasil estão órfãos de um grande guerreiro: o nosso amigo Pedro Alberto Tolentino. Traduzir a vida deste homem é muito simples: um lutador incansável. Podem existir muitas pessoas que trabalham para o bem-estar do próximo, mas igual a ele é difícil. Quer seja nos bastidores, quer seja na linha de frente, ele encarou os maiores obstáculos que se pode imaginar. Os trabalhadores da saúde tinham um representante nato, que lutava incansavelmente pela categoria. Ninguém, como Pedro Tolentino, tinha a habilidade para driblar as dificuldades com tanta maestria. Ele mostrou que acreditar na verdade e no trabalho é o caminho correto do homem público. As conquistas em sua vida não foram por sorte, mas de muito trabalho, vencendo muitas barreiras. Nunca, nada, nem ninguém o impediam de continuar. É muito triste esta perda, mas desejo continuar buscando aquilo que ele sempre quis, que é combater as injustiças.” - **Rafael Silva, deputado estadual**

tório de Saúde Mental e Centro de Atenção Psicossocial - Álcool e Drogas. Em junho de 2014, mais uma greve foi realizada pelos funcionários do Complexo Famema e, mesmo com problemas de saúde, lá estava o Pedro junto com os demais companheiros de diretoria à frente do movimento, buscando uma maneira de ajudar seus companheiros de jornada. Sua ida silenciou os companheiros, mas seu nome será sempre lembrado como um importante defensor dos trabalhadores da saúde. Por sua luta e perseverança na busca de uma saúde melhor e trabalho digno para todos, a Subsele do Sinsaúde em Marília recebeu o nome de 'Pedro Alberto Tolentino'.



programa em rádio e TV, na cidade de Marília, com informações sobre o setor da saúde, onde divulgava entrevistas, notícias, artigos e normas sobre trabalho, prevenção de doenças e direitos de trabalhadores e usuários dos serviços de saúde. Como político, era respeitado na região de Marília, tanto que em 2008 se candidatou a vereador pelo PSDB, mas não conseguiu quorum para ocupar uma cadeira na Câmara de Marília.

Como estudioso, foi um dos responsáveis pela elaboração da Norma Regulamentadora 32 (NR-32) junto com as diretorias do Sinsaúde Campinas e Região e da Federação. Participou de inúmeros seminários em todo o País, difundindo a NR-32 e conscientizando sobre a importância da segurança e saúde no ambiente hospitalar. Também foi representante do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese).

Pedro Tolentino era um comunicador, um político e um estudioso nato
Como comunicador, ele manteve um site e um



"As regiões de Marília, Tupã e Dracena perderam um grande líder na defesa dos trabalhadores da saúde. Pedro era um trabalhador incansável, um político respeitado na região, de muita coragem e quando se propunha a fazer alguma coisa, não media esforços e fazia muito bem-feito. Com sua visão política e técnica, ele enfrentava todas as barreiras para combater as injustiças, promover a segurança e a saúde no ambiente de trabalho, tanto que a instituição da Cipa nos estabelecimentos de saúde, visando à prevenção de acidentes, muito se deve a ele." - **Leide Mengatti, presidente do Sinsaúde**



"É muito difícil perder um profissional que deu importante contribuição para a categoria da saúde, que sempre trabalhou com garra e disposição, defendendo como ninguém os seus ideais para melhorar a vida dos trabalhadores. Sem dúvida, o sindicalismo perde um guerreiro. Por toda a sua luta e perseverança em defesa da categoria, lamento muito a perda de um importante entusiasta pela melhoria na vida dos trabalhadores da saúde." **Canindé Pegado - secretário-geral da União Geral dos Trabalhadores (UGT)**



"Eu trabalhei ao lado de Pedro por 29 anos e lamento a morte do amigo. Pedro era uma pessoa que vivia 24 horas por dia o Sindicato, ele respirava o sindicalismo e conseguia muitos resultados positivos em prol da categoria e deixa uma lacuna muito grande. Eu perdi um amigo, um irmão e a região de Marília, a categoria da saúde e a sociedade perdem um líder nato, com ânsia de vencer todos os obstáculos colocados a sua frente e esta perda é irreparável." - **Aristeu Carriel, presidente da Subsele do Sinsaúde em Marília**



Lideranças das Américas se reúnem no Brasil para debater realidade do trabalho na área da saúde

por Sirlene Nogueira

Nos dias 12 e 13 de abril, o Brasil vai sediar a reunião do Comitê da Uni Cuidados das Américas, setor que integra a Uni Global Union, órgão de representação mundial dos trabalhadores da área de serviços. Uma reunião de organização do evento acontece em Campinas, no dia 21 de março,

quando será definido o local do encontro. As principais lideranças dos continentes americanos do setor de saúde estarão presentes. De acordo com o presidente da Federação Paulista da Saúde, Edison Laércio de Oliveira, a reunião do Comitê visa debater, organizar e preparar os representantes sindicais

para um novo encontro, desta vez do Diretivo Global da Uni Cuidados, cuja reunião acontece em Nyon (Suíça), de 5 a 7 de setembro.

“Vamos levar para debate mundial propostas e novas estratégias para oferecer melhores condições de vida e trabalho aos profissionais da área da saúde das Américas e na região APRO (Ásia-Pacífico)”, destaca Edison Laércio de Oliveira, presidente da Federação Paulista da Saúde e vice-presidente da UniAméricas/UniGlobalUnion. O objetivo é integrar os trabalhadores em nível mundial de forma a promover um intercâmbio de informações e trabalho que possam promover a real evolução desses profissionais.

Entre as políticas que devem ser adotadas pela Uni Global para atender às metas estabelecidas no Congresso Mundial realizado em 2015, em Buenos Aires, está a promoção de atividades para promover participação e maior integração com instituições que possam somar o trabalho, tanto aquelas instaladas nos continentes americanos quanto instituições da UE, a Organização Panamericana da Saúde, a Organização Mundial da Saúde, grupos de defensores, pesquisadores, acadêmicos, empregadores e federações de empregadores.

Para enriquecer esse trabalho, a Uni Américas já definiu por realizar uma pesquisa mundial sobre o setor. “Este trabalho já está sendo realizado e nosso objetivo é finalizar nossa base de dados sobre saúde e cuidados e os perfis multinacionais-chave. Com isto vamos garantir que as decisões sobre as campanhas de sindicalização e de outras atividades do setor em cada região e no mundo sejam baseadas em informação e investigação estratégicas válidas.” Para Edison Oliveira, esses dados terão potencial para preparar os sindicatos e implementar iniciativas que vão impactar no futuro o trabalho na área dos saúde e demais setores de cuidados.

O 1º Congresso da Uni Cuidados

Com uma delegação composta por 12 pessoas,

Países representados no 1º Congresso:

África do Sul, Argentina, Austrália, Bélgica, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Coreia, Espanha, Estados Unidos, França, Ghana, Indonésia, Itália, Japão, Malásia, México, Nepal, Nigéria, Nova Zelândia, Peru, República do Congo, República Dominicana, Suíça, Tunísia, Uruguai e Zimbábwe.



a Federação dos Trabalhadores da Saúde do Estado de São Paulo representou o Brasil no Congresso Mundial de Saúde, em Buenos Aires, Argentina, promovido pela Uni Global Union. O evento, denominado Unicare - Reunião Mundial, aconteceu nos dias 20 e 21 de maio do ano passado com representantes de 29 países, num total de aproximadamente 150 pessoas e foi organizado com o apoio da Federação dos Trabalhadores da Saúde da Argentina (Fatsa). A abertura dos trabalhos foi feita por Christy Hoffman, vice-presidente da Uni Global; Carlos West Ocampo, presidente da Fatsa; Adriana Rosenzvaig, secretária regional da Uni Américas; e Rubem Cortina, presidente da Uni Américas. Os palestrantes destacaram a longevidade da população e a globalização mundial como fatores determinantes para a busca de um atendimento à saúde com mais qualidade.

Citando o sentimento de compaixão que predomina no setor de saúde, Christy Hoffman ressaltou a necessidade de construir uma estrutura global na área da saúde que leve em conta a melhoria dos salários dos trabalhadores do setor, que, reconhecidamente, são baixos em todo o mundo.



Representantes da Federação paulista da Saúde no 1º Congresso Mundial na Argentina

Edison Laércio de Oliveira
Leide Mengatti
Paulo Pimentel
Alexandre Ferreira Corte
Paulo César Richieri
Marta Alves de Carvalho
Elaine da Silva Amaral
Maria das Graças Artur Machado
Vera Lúcia Salvádio Pimentel
Edna Alves (região de Jaú),
Carlos José Gonçalves
Sirlene Nogueira

Outro ponto abordado pelas lideranças presentes foi a necessidade de aumentar o número de trabalhadores sindicalizados, único caminho para o fortalecimento da organização e inclusão dos trabalhadores do setor em seus sindicatos. Também debateram sobre a estratégia de crescimento da assistência domiciliar em longo prazo, oportunidades para organização das categorias, entre outros assuntos de nível internacional, para buscar uma saúde melhor para todos.

Resoluções

Alinhado com as resoluções aprovadas no Congresso da Cidade do Cabo da Uni Global Union, o plano de ação da Uni Cuidados adotado em Buenos Aires prevê esforço das lideranças mundiais, visando o crescimento da sindicalização dos trabalhadores, realização de campanhas regionalizadas para que os profissionais tenham influências nas políticas de seus setores de representação, além de defender a recuperação das economias para que os trabalhadores possam conquistar melhores salários e condições de vida.

Confira as principais decisões da conferência:

- Romper barreiras para conseguir o crescimento sindical.
- Melhorar a capacidade de sindicalização e de

realização de campanhas para conseguir fortalecimento e fazer com que ganhe campanhas com grandes companhias regionais e globais.

- Desenvolver estratégias para que os trabalhadores e as trabalhadoras possam ter um impacto decisivo e se tornem participantes ativos com influência onde se tomam decisões sobre seus setores.

- Recuperar nossas economias para que os trabalhos na Uni Cuidados do futuro sejam bons trabalhos, dignos e respeitáveis e que permitam aos trabalhadores e às trabalhadoras levar vidas decentes.

- Garantir que os trabalhadores e as trabalhadoras tenham voz e voto nos sistemas de saúde e de cuidados para garantir o alto nível de proteção de cuidados e proteção social que nossas comunidades merecem.

Edison Oliveira é eleito vice-presidente

Na conferência realizada na Argentina, o presidente da Federação paulista da Saúde, Edison Laércio de Oliveira, foi eleito vice-presidente das Américas e passa a fazer parte do Comitê Executivo Mundial Unicare (área da saúde), órgão ligado à Uni Global Union. A presidência do Comitê coube ao atual presidente da Fatsa, Carlos West Ocampo.

“Temos um papel de relevância para cumprir, mas confio na capacidade do presidente eleito, que vai liderar o grupo, para cumprir com eficiência suas funções e do crescimento com a qualidade que o setor de saúde merece”, afirmou Edison, após a aprovação do seu nome para o cargo.



Edison Oliveira e Carlos West Ocampo

EXPEDIENTE

Sindicatos filiados à Federação da Saúde do Estado de São Paulo

Araçatuba

Rua Afonso Pena, 1.328 - Vila Mendonça
Fone (18) 3622-1207

Site: www.sinsaudearacatuba.org.br

Bauru

Rua Cussy Júnior, 12-59 - Centro
Fone (14) 3234-6377

Blog: saudeeluta.blogspot.com

Campinas

Rua Duque de Caxias, 368 - Centro
Fone (19) 3739-4277

Site: www.sinsaude.org.br

Franca

Rua Arthur Marangoni, 2.421 - Vila Industrial
Fone (16) 3721-4855

Site: www.sinsaudefranca.org.br

Jaú

Rua Sebastião Ribeiro, 501 - Centro
Fone (14) 3622-4131

Site: www.sindsaudejau.com.br

Piracicaba

Rua Riachuelo, 1.111 - Centro
Fone (19) 3434-0424

Site: www.saudesin.com.br

Presidente Prudente

Rua Djalma Dutra, 759 - Vila Ocidental
Fone (18) 3222-7578

Ribeirão Preto

Rua Marquês de Valença, 33 - Alto da Boa Vista - Fone (16) 3635-1205

Site: www.sinsaudep.org.br

Rio Claro

Rua 2, 432 - bairro Saúde
Fone (19) 3534-0155

Santos

Avenida Ana Costa, 70 - Vila Matias
Fone (13) 3202-8074

Site: www.sintrasaude santos.org.br

São José do Rio Preto

Rua Rio Preto, 3.271 - bairro Redentora
Fone (17) 3211-2525

Site: www.sinsauderio preto.org.br

Sorocaba

Rua Cel. José Prestes, 113 - Centro
Fone (15) 3219-1520

Site: www.ssaude.org.br

São José dos Campos

Praça Londres, 47 - Jd. Augusta
Fone (12) 3922-8151

Site: www.sindsaudsjc.org.br

Diretoria Efetiva

Edison Laércio de Oliveira – presidente

Paulo Pimentel – 1º vice-presidente

Erivelto Correa Araújo – 2º vice-presidente

Mychelle Nascimento Francisco – diretora de Relações Públicas

Elaine da Silva Amaral – secretária-geral

Edna Alves – 1ª secretária

João do Nascimento Carvalho – 2º secretário

Valdeir Magri – tesoureiro-geral

Aristides Agreli Filho – 1º tesoureiro

Alexandre Ferreira Corte – 2º tesoureiro

Sérgio Roberto Balduino – diretor de Assuntos da Previdência Social

Maria das Graças Artur Machado – diretora de Recursos Humanos

Paulo Roberto Gondim Richieri – diretor-procurador

Leide Mengatti – diretora de Relações Intersindicais

Carlos José Gonçalves – diretor de Legislação e Normas

Luiz Carlos Vergara Pereira – diretor de Imprensa e Divulgação

Maria Hermann – diretora cultural

Milton Carlos Sanches – diretor de Assuntos Parlamentares

Vera Lúcia Salvádo Pimentel – diretora arquivista

Maria Jerusa de Abreu – diretora de Sede e Patrimônio

Diretoria Suplente

Maria Helena Anunciação de Souza

Marcelo Alexandre Cândia dos Santos

Anselmo Eduardo Bianco

Sofia Claudete Rodrigues Borges

Maria Ivanilde de Araújo Almeida

Floralvaldo Pereira de Almeida

Maria Cecília da Silva

Maria do Carmo de Oliveira

Arnaldo Batista de Almeida

Marcos Paulo Jordano

Carlos José Suzano da Silva

José Monteiro dos Santos

Susana Chiarelli dos Santos

Marly Alves Coelho

Ana Ferreira da Silva

Shirley Cristina dos Santos Bertin

Elidalva da Silva Lima

Martinho Luiz dos Santos Dias

Tais Aparecida Jacon Matheus

Vera Lúcia Andrade de Oliveira

Conselho Fiscal - Efetivos

Elizabeth Antonia Bertin

Rozélia Barbosa dos Santos

Lierse Christovam de Almeida

Conselho Fiscal - Suplentes

Sofia Rodrigues do Nascimento

Natalício Valério da Silva

Francisco Sálvio de Almeida

Delegados Representantes na CNTS - Efetivos

Marta Alves de Carvalho

Paulo Cesar Pereira Richieri

Delegados Representantes na CNTS - Suplentes

Ivone Carrocini

Sebastião Aparecido Matias



Filiado a



Esta é uma publicação da Federação da Saúde do Estado de São Paulo

Site: www.federacaodasaude.org.br

Facebook: facebook.com/federacao.saude

E-mail: contato@federacaodasaude.org.br

Presidente: Edison Laércio de Oliveira

Diretor de Imprensa e Divulgação: Luiz Carlos Vergara Pereira

Redação e criação: DOMMA Comunicação Integrada

Site: www.domma.com.br

Editora responsável: Sirlene Nogueira (Mtb 15.114)

Redação: Henrique Rodrigues (Mtb 76.818), Gabriela Rodrigues, Paulo César Grange (Mtb 22.931), Sirlene Nogueira e Vera Bison (Mtb 12.391)

Editoração: Felipe Teixeira e Gabriel Viveiros

Capa: Felipe Teixeira

Tiragem: 5 mil exemplares

As matérias assinadas não condizem, necessariamente, com a opinião da diretoria. São de exclusiva responsabilidade dos seus autores.



Federação dos Trabalhadores
da Saúde do Estado de São Paulo

www.federacaodasaude.org.br